



metro
mondego

RELATÓRIO E CONTAS 2018

VERSÃO APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 14 DE MARÇO DE 2019

RELATÓRIO E CONTAS 2018

Índice

1. ENQUADRAMENTO.....	3
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	6
3. ATIVIDADE GERAL DA EMPRESA	8
A. Implementação da Linha Verde – Linha da Lousã	8
B. Implementação da Linha Amarela – Linha do Hospital	10
B.1. Libertação do Canal da Baixa de Coimbra	11
B.2. Estudo de Integração Urbana (EIU) no atravessamento da Baixa de Coimbra e sua implementação	13
C. Planeamento de médio e longo prazo e integração com o ordenamento do território	15
C.1. Promoção do Desenvolvimento Urbano nas Envolventes das Estações	15
C.2. Pareceres Técnicos para Operações Urbanísticas e Projetos	15
C.3. Desenvolvimento de estudos de avaliação global do SMM	16
D. Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã.....	17
E. Comunicação e divulgação	19
4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	20
A. Objetivos de gestão	20
B. Gestão do risco financeiro	20
C. Prazo médio de pagamentos	20
D. Recomendações do acionista	21
E. Remunerações	21
F. Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público	23
G. Despesas não documentadas	24
H. Relatório sobre remunerações	24
I. Contratação pública.....	24
J. Relatório anual sobre prevenção da corrupção	25
K. Sistema Nacional de Compras Públicas	25
L. Frota automóvel	25
M. Medidas de redução de gastos operacionais	26
N. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	27
O. Tribunal de Contas.....	27
P. Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de Dezembro de 2018.....	27
Q. Quadro resumo.....	29
5. GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	30
A. Análise da atividade.....	30
B. Análise dos custos de estrutura.....	32
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	35
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	36
8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	67
9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	91
10. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	95

1. ENQUADRAMENTO

Anunciada em 2017 a solução tecnológica para o Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), o designado “Metrobus”, que permite no quadro expresso no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas e no Regime Jurídico dos Transportes a “...concretização deste projeto [...reduzindo] o seu volume de investimento e custos de funcionamento e que ofereçam uma resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações e melhor enquadrada no volume de procura estimada para este projeto, recentemente corrigido face aos valores originais do projeto”, o Governo incumbiu a Infraestruturas de Portugal (IP) do desenvolvimento dos estudos, projetos e empreitadas relativas às infraestruturas do SMM.

A Metro-Mondego, S.A. (Metro Mondego), como concessionária, em regime de serviço público, da exploração do SMM, a implementar nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, promoveu a realização de tarefas relativas à execução do projeto como a seguir se explicita, bem como assegurou a realização dos serviços rodoviários alternativos ao serviço ferroviário do Ramal da Lousã e outras atividades complementares, nomeadamente a análise e emissão de pareceres relativos a operações urbanísticas na envolvente do canal do SMM.

Para efeito da realização das infraestruturas do SMM, a Metro Mondego e a IP celebraram um protocolo de colaboração técnica, de modo a permitir uma mais estreita e produtiva colaboração na elaboração dos estudos e projetos necessários, tendo em consideração as competências técnicas, recursos e conhecimento relativo ao projeto, de que a Metro Mondego é portadora.

O ano de 2018 correspondeu à entrada em “velocidade de cruzeiro” de grande parte das atividades relacionadas com o desenvolvimento do projeto, nomeadamente com a elaboração de estudos prévios e projetos de execução para a Linha da Lousã (Coimbra B – Serpins), com o arranque dos estudos relacionados com a Linha do Hospital, com a realização pela Metro Mondego de análises internas de alternativas de traçado na zona urbana de Coimbra, contagens de trânsito e com a preparação de elementos para o estudo de “alternativas de traçado e reordenamento de trânsito” da Linha do Hospital a apresentar, em conjunto com a IP, à Tutela e à Câmara Municipal de Coimbra (CMC).

De acordo com o calendário estabilizado (à data de dezembro de 2018), a realização dos projetos de execução e a sua aprovação deverão estar concluídos até ao 3º trimestre de 2019, estimando-se a realização das empreitadas entre o 2º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021, com a entrada em serviço do SMM ainda no decurso deste trimestre ou no início de 2022.

A superação definitiva da situação atual, a realização de obras e o início da operação, continuaram (e continuam) a ser os objetivos essenciais, sendo que para tal, como se tem afirmado, será necessário garantir com objetividade e determinação “decisões e consensos que [possam...] ser adotados, pela Tutela e Acionistas” e assegurar a disponibilidade e utilização

das verbas dos fundos comunitários, sendo certo que o calendário para a realização do SMM no quadro do Portugal 2020 está “condicionado” pelas regras de utilização e limites temporais muito próximos [e exigentes].

A sociedade Metro Mondego participou ativamente nas ações desenvolvidas, destacando-se a colaboração (e propostas) prestada à Tutela técnica (Secretaria de Estado das Infraestruturas) e, em particular, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e à IP (e IP Engenharia).

Refira-se, de entre os elementos elaborados pela Metro Mondego e pelo destaque que merece, o documento “*Reflexão sobre a execução e operacionalização do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego / solução Metrobus*”¹, onde se identificaram e analisaram de forma sistematizada possíveis cenários para a operacionalização do Projeto.

A análise e reflexão efetuadas cobrem os seguintes aspetos:

- Modelo de contratação da implementação [ou execução] e exploração;
- Modelo organizacional na fase de investimento: Decisor final e promotor (e consultores principais) responsável pela coordenação global e pela conceção do sistema, incluindo a realização dos vários estudos, projetos de execução, financiamento e concursos;
- Modelo organizacional na fase de exploração: responsabilidades pela operação (serviço) e gestão do contrato;
- Modelo de financiamento na fase de exploração: incluindo as responsabilidades do Estado central e dos municípios, na exploração e reinvestimento em renovações de infraestruturas e veículos).

No mesmo expressou-se, ainda, a necessidade de as bases da concessão deverem ser oportunamente adaptadas.

Os Serviços Rodoviários Alternativos mantiveram o quadro de funcionamento dos anos anteriores, assinalando-se que a 1 de setembro de 2018, na sequência do concurso desenvolvido pela CP com a colaboração da Metro Mondego, e atendendo aos resultados do Inquérito à Satisfação dos Clientes dos Serviços Alternativos e da informação recolhida², teve início um novo contrato (duração de três anos), mantendo a Metro Mondego a responsabilidade do pagamento dos respetivos encargos e continuou a implementar as medidas de acompanhamento, como estipulado no regulamento específico de gestão das reclamações.

Em 2018 ficaram praticamente concluídas as obras da empreitada da CMC relativa à realização da intervenção designada “Via Central” - correspondente, em termos práticos, a uma primeira fase e antecipação dos trabalhos previstos do SMM -, no quadro do Protocolo celebrado com a CMC. Esta obra foi realizada dando cumprimento aos compromissos ambientais, patrimoniais

¹ Enviado (versão final) à Tutela em 12.01.2018.

² A Metro Mondego preparou um documento designado “Novo Concurso (2018-2021) - Contributos para o Caderno de Encargos” considerado nas reuniões de trabalho entre a Metro Mondego e a CP com vista à elaboração do Caderno de Encargos, tendo sido introduzidas medidas que procuram melhorar a qualidade do serviço, tanto ao nível do material circulante, como da oferta de horários, assegurada a disponibilização nas horas de ponta do serviço autocarros com acesso a cadeiras de rodas e novos mecanismos de controlo da qualidade do serviço e controlo da fraude.

e de compatibilidade com o projeto do SMM e os decorrentes da classificação da área como Património da Humanidade.

Por outro lado, no decurso de 2018 não foi ainda possível obter a decisão de aprovação relativa à participação da Metro Mondego no Fundo Imobiliário Coimbra Viva I, de que resulta que se mantém a situação impeditiva de conclusão da abertura do canal (entre a Rua Direita e a Rua da Sofia) e de edificação do edifício-ponte para passagem do SMM, situação que carece de ser resolvida com urgência, devido aos potenciais conflitos com a calendarização do SMM.

Deve recorda-se, por outro lado, que a Assembleia Geral ordinária em 2018 não foi realizada, sendo que da proposta de ordem de trabalhos constava, entre outros pontos, exatamente esta matéria e a eleição dos novos órgãos sociais, de que resulta que os atuais órgãos sociais se encontram em extensão de mandato.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 foi, no entanto, submetido à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), através da plataforma SIRIEF, tendo a sua execução sido orientada pelo plano de atividades e orçamento elaborados, em linha e sintonia com os anos anteriores e orientações.

A Metro Mondego tem vindo a adotar uma estratégia de gestão corrente com minimização de assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindíveis, numa atitude de redução de despesa em sintonia com orientações exigidas pela Tutela.

A 31 de dezembro não existiam pagamentos em atraso.

De referir que a Metro Mondego cumpriu, enquanto entidade piloto, com a entrada em funcionamento, a 1 de janeiro de 2018, do novo regime contabilístico SNC-AP.

Assinale-se que durante o ano 2018 (quando comparado com 2017) a Metro Mondego incrementou os custos de funcionamento (FSE) em 17% e reduziu os custos de pessoal em 7,1%. No somatório de custos com pessoal e FSE verificou-se uma redução de 2,2% [entre 2010 e 2018 as reduções alcançadas foram de 46,9% nos FSE e 38,1% nos custos de pessoal, representando uma redução global de 40,5% nos custos de estrutura].

A exploração do exercício de 2018 saldou-se por um resultado líquido negativo de 23.101,30€ - sendo de referir que desde 2012 deixou de haver recurso à aplicação dos excedentes de tesouraria, exigida à Metro Mondego a aplicação do Princípio de Unidade de Tesouraria -, o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para compensação de futuros exercícios.

Dentro dessa conjuntura a Metro Mondego procurou prosseguir a sua atividade tendo como objetivos prioritários a procura da garantia das condições visando a realização do projeto do SMM, bem como que da sua atuação em nada se onerasse ou protelasse a execução do projeto. Nesse sentido, o atual documento reflete as atividades desenvolvidas durante o ano de 2018.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ÓRGÃOS SOCIAIS

[em 31 de dezembro de 2018]

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Luís Miguel Correia Antunes

Vice-Presidente: Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão

Secretário: Dra. Sónia Serrano Pujalrás

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (executivo): Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo

Vogal (não-executivo): Eng.º Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira

Vogal (não-executivo): Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro

FISCAL ÚNICO

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes

RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS*	2010	...	2015	2016	2017	2018
Efetivo Total*	20		13	13	12	11
Excluindo Vogais não Executivos	16		11	11	10	9**
Idade média	40		47	48	50	50
Média de Trabalhadores	15		12	12	12	11
Contratados a Termo	0		0	0	0	0
Contratos de Prestação de Serviços com Recursos Próprios	1		1	1	1	1

* Incluindo o Conselho de Administração

** Inclui trabalhador atualmente em regime de licença sem retribuição

Em 2018 foi elaborado e aprovado o Regulamento de Carreiras da Metro Mondego.

A área de formação do quadro de pessoal resulta da identificação de lacunas ou necessidades em determinadas áreas com relevância e pertinência para o exercício de funções na empresa. Apesar de estarmos sob a observância, desde meados de 2010, de um plano de contenção de custos, há sempre a análise de relevância formativa. Como tal em 2018 verificaram-se as seguintes formações:

- Marketing Digital;
- Marketing Digital 360;
- 12º Transportes em Revista;
- Transportes em Revista Contratualização.

Em 31 de Dezembro de 2018, a média de idades é de 50 anos, a percentagem de colaboradores que possuem licenciatura ou graduação superior é de 100%.

O número de trabalhadores, comparativamente a 2010, é inferior em 50%. No que se refere aos Órgãos Sociais a redução é de 57%, comparativamente a 2010.

3. ATIVIDADE GERAL DA EMPRESA

A atividade técnica desenvolvida pela Metro Mondego, em 2018, centrou-se maioritariamente no acompanhamento e colaboração com a Infraestruturas de Portugal (IP) no desenvolvimento dos estudos prévio do troço suburbano (Alto de S. João – Serpins) e urbano (Alto de S. João – Portagem – Coimbra B) da Linha da Lousã e do projeto de execução do troço suburbano desta Linha, na realização de vistorias, na apreciação e emissão de pareceres relativos a intervenções urbanísticas na envolvente do canal do SMM, na gestão dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã e na comunicação e divulgação do projeto, como mais adiante se detalha.

Na sequência do protocolo celebrado com a CMC, para a realização da empreitada do 1º troço da “Via Central” na Baixa de Coimbra, entre o Largo das Olarias e os Edifícios da Rua da Sofia e Rua Nova, a Metro Mondego esteve envolvida no acompanhamento da mesma, de modo a assegurar o cumprimento das condições ambientais, patrimoniais e de compatibilidade com o projeto do SMM, constantes no referido protocolo, como à frente se explicita.

Protocolo de Colaboração com a IP/IP Engenharia

Tendo em consideração as responsabilidades de ambas no desenvolvimento do SMM, a Metro Mondego e a IP Engenharia celebraram, em junho de 2018, um protocolo de colaboração “no âmbito das atividades técnicas relacionadas com o empreendimento de adaptação da infraestrutura do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) para uma solução BRT-Metrobus” de modo a precisar “os termos da colaboração recíproca no âmbito de atividades relacionadas com o desenvolvimento dos referidos estudos prévios e projetos de execução e de atividades conexas”, permitindo assim otimizar-se os recursos existentes, o conhecimento do projeto e a capacidade técnica existente na Metro Mondego, e ultrapassar assim alguma indefinição existente sobre o papel da empresa na atual fase de implementação do SMM.

A. Implementação da Linha Verde – Linha da Lousã

Troço suburbano (Alto de S. João – Serpins)

A Metro Mondego colaborou ativamente com a IP (e a IPE) no desenvolvimento do estudo prévio e do projeto de execução do troço suburbano, para adaptação da infraestrutura existente, construída originariamente para o Metro Ligeiro, à solução BRT/Metrobus, nomeadamente através do seu envolvimento nas seguintes atividades, estudos e projetos promovidos pela IP/IPE), concluídos na sua maioria no ano de 2018:

- Vistorias ao canal no troço Alto de S. João – Serpins para identificação de deficiências na via e trabalhos protelados nas empreitadas anteriormente realizadas;

- Estudo de Bilhética (especificações funcionais e técnicas) contratado à OTLIS;
- Estudo prévio e projeto de execução de todas as especialidades, nomeadamente:
 - Projeto de via, incluindo especialidades e infraestruturas complementares ou acessórias (contenções, drenagem, pavimentação, alimentações elétricas, etc.);
 - Projeto de adaptação de obras de arte (pontes, pontões) e túneis;
 - Projeto de adaptação de estações (cais de passageiros) e terminais para reversão de veículos;
- Elaboração dos Cadernos de Encargos dos concursos da empreitada de construção e de fiscalização do troço Alto de S. João – Serpins (os respetivos concursos públicos viriam a ser lançados no dia 4 de fevereiro de 2019);
- Estudo de especificação do sistema de guiamento eletrónico de veículos, contratado ao LNEC;
- Gestão global de projeto (planeamento e estimativas de investimento).

A Metro Mondego participou ainda proactivamente na fase inicial de dimensionamento e especificação técnica de outros componentes do sistema, não incluídos no âmbito da empreitada base deste troço, nomeadamente:

- Abrigos das estações, que não se encontram incluídos na empreitada base;
- Formato das interseções rodoviárias (incluindo as antigas PNs ferroviárias), perspetivando-se a existência de automatização em todas (algumas dos quais com barreiras em todas as inserções);
- Sistemas técnicos (bilhética, comunicações, SAE/sinalização e informação ao passageiro), sendo o seu fornecimento, incluindo os sistemas de controlo das interseções rodoviárias, realizado através de empreitada/fornecimento autónomo.

O desenvolvimento das atividades referidas implicaram portanto um elevado nível de partilha de informação, nomeadamente sobre o histórico do projeto e trabalhos já anteriormente realizados, projetados e previstos, que necessitavam ser adaptados à nova solução, tendo sido realizadas reuniões frequentes entre as equipas técnicas da Metro Mondego e da IP/IPE para esse efeito.

Troço urbano de Coimbra (Alto de S. João – Portagem – Coimbra B)

As reuniões técnicas realizadas com a CMC para discussão da solução e traçado do Metrobus na zona urbana de Coimbra, iniciadas em 5 de abril de 2018, permitiram a obtenção de um consenso global sobre o traçado, o tipo de segregação do canal e a localização e formato dos terminais urbanos (Coimbra-B e Alto de S. João) do Metrobus. Na generalidade pode dizer-se que foi adotado o traçado definido no projeto Metro Ligeiro de Superfície, mantendo-se também em grande medida a existência de um canal segregado do restante trânsito rodoviário e a localização das estações.

Deste modo foi possível concluir a maior parte do Estudo Prévio do troço urbano da Linha da Lousã até ao final de 2018, tendo a sua conclusão ocorrido no início de 2019.

Estas reuniões, na sua maioria realizadas nas instalações da Metro Mondego (sede), contaram com a presença de representantes da Metro Mondego, da IP e da CMC, bem como das

equipas projetistas contratadas pela IP e pontualmente de representantes de outras Entidades, como as Águas do Centro Litoral e as Águas de Coimbra, tendo tido uma periodicidade quinzenal salvo períodos pontuais.

Tarefas administrativas relacionadas com a gestão do canal do SMM

No que respeita às infraestruturas de longa duração, já anteriormente intervencionadas, a atividade da Metro Mondego tem-se centrado ainda na realização de vistorias, na apresentação de propostas de manutenção das obras já realizadas e na apreciação e emissão de pareceres como referido no ponto C, promovendo-se, sempre que possível e necessário em colaboração com a Infraestruturas de Portugal, tal como definido no protocolo de colaboração entre estas duas entidades, as seguintes atividades:

- Emissão de pareceres sobre projetos urbanísticos, de construção de infraestruturas ou de edifícios, nas proximidades do canal do SMM, sendo que se encontra em serviço desde maio de 2018 a plataforma eletrónica SIRJUE (Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação) para registo e emissão desses pareceres e uma mais expedita interação com a CCDR-Centro e os Municípios;
- Gestão e averiguação de reclamações (e.g. de proprietários de parcelas adjacentes ao canal) e seu encaminhamento para as entidades responsáveis.

Protocolos com Câmaras Municipais para a manutenção de integrações funcionais

Com o objetivo de assegurar a manutenção dos espaços de uso público, interfaces e espaços verdes existentes nas integrações funcionais das estações, executadas no âmbito das empreitadas de Alto de São João - Miranda do Corvo e Miranda do Corvo - Serpins, e ainda das Interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, realizadas no âmbito do projeto de Metro Ligeiro de Superfície, foram no passado propostos/celebrados pela Metro Mondego, protocolos com a REFER (atual IP), CP e as Câmaras Municipais de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, estabelecendo os termos em que a manutenção daqueles espaços de uso público possa ser realizada, até ao momento da formalização da transferência desses espaços, do domínio público ferroviário para o domínio municipal, na parte respetiva, sendo que os restabelecimentos rodoviários/pedonais e respetivas infraestruturas se encontram já - Decreto-Lei nº 568/99 de 23 de Dezembro - no âmbito do domínio público municipal.

B. Implementação da Linha Amarela – Linha do Hospital

Para além do Estudo Prévio de toda a linha, foram anteriormente elaborados e aprovados o Anteprojecto, Projecto de via, o Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) e o Estudo de Integração Urbanística (EIU) para o troço entre a Avenida *Aeminium* e a Rua da Sofia.

Tendo sido decidido a opção por um sistema de Metrobus e a supressão dos túneis para o atravessamento de Celas, as questões relativas às alternativas de atravessamento na cidade e no interior dos HUC, tornou-se necessário adaptar as intervenções projetadas ao âmbito do estudo prévio e anteprojecto, no caso do troço Aeminium – CMC, bem como os estudos necessários à definição e escolha do traçado, nomeadamente contagens de tráfego nas vias, rotundas e cruzamentos entre a Praça da República e o Hospital Pediátrico, passando pelos HUC e Celas, com objetivo de obter dados de suporte à elaboração de um estudo de traçado e ordenamento de trânsito, pormenorizado no cap. C.3. (Desenvolvimento de estudos de avaliação global do SMM).

B.1. Libertação do Canal da Baixa de Coimbra

Troço Avenida Aeminium – CMC

Como referido, para este troço foram elaborados e aprovados o Anteprojecto, o Projecto de Via, o RECAPE, o EIU, e também os projetos de execução para desconstrução e reconstrução dos edifícios de remate com a Rua Nova e a Rua da Sofia (incluindo o edifício-ponte) em resposta às obrigações da DIA e das condições associadas à expropriação dos prédios necessários à abertura do canal.

Assinale-se que dos prédios adquiridos pela Metro Mondego, no troço compreendido entre a Avenida Aeminium e a CMC, um conjunto significativo (a maioria) já foi desconstruído, tendo sido realizados a maior parte dos estudos arqueológicos necessários, incluindo no subsolo, bem como a preservação de elementos construídos (p.e. algumas fachadas para inclusão em projetos futuros).

Os edifícios por desconstruir - localizados na Praça 8 de Maio, Rua da Sofia, Travessa da Rua Nova e Rua Nova - correspondem à finalização da abertura do canal e a intervenção de reabilitação e requalificação, incluído o edifício-ponte, que têm projetos aprovados (e licenciados),- bem como as fachadas (e paredes) preservadas na restante área do canal, têm continuado a requerer algumas ações de inspeção assim como pequenas intervenções de conservação, com a preocupação de assegurar as condições de segurança e a estabilidade até à sua remodelação, de acordo com as condições existentes e os projetos já aprovados (Câmara Municipal e Tutela do Património) para o local.

Recorde-se que no último quadrimestre de 2017 se realizaram os trabalhos referentes à empreitada de "*Obras de Conservação nos Edifícios e Fachadas de Edifícios já demolidos, propriedade da Metro Mondego na Baixa de Coimbra*", dando cumprimentos às recomendações dos relatórios de consultoria técnica efetuado pelo ITeCons na sequência de vistorias realizadas.

Até a realização dessas obras de conservação foram realizadas ações de inspeção e monitorização, na sequência da definição e implementação de um “plano de instrumentação e monitorização” definido pelo ITeCons e implementado até ao início das obras. Após a conclusão das obras os edifícios e fachadas preservadas foram realizadas ações de inspeção pelo Departamento Técnico da Metro Mondego a como forma de apoio e suporte das

condições de conservação, segurança, estabilidade e avaliação do estado de degradação e riscos potenciais de segurança para os moradores e transeuntes, tendo na sequência das mesmas sido efetuados pequenos trabalhos de reparação e manutenção pontuais.

A emissão de pareceres relativos à apreciação de projetos promovidos por outras entidades e que confinam com o traçado do SMM, manteve-se a constância habitual, nomeadamente no canal da Baixa e zona da ARU (Primeira Unidade de Intervenção da Coimbra Viva), onde têm vindo a ser submetidos a parecer da Metro Mondego os projetos para edifícios contíguos de iniciativa privada ou promovidos pelo Fundo Imobiliário, criado pela SRU (Fundbox - "*Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana "Coimbra Viva I"*").

Troço Av. Fernão de Magalhães - Rua da Sofia

No quadro do Protocolo celebrado entre a Metro Mondego e a CMC, foi consignada pela CMC em 16 de agosto de 2017 a empreitada da «Via Central (Nova Mobilidade na Baixa - Espaço Público Av. Fernão de Magalhães/Rua da Sofia) - 1.º Troço», correspondente à área do canal de atravessamento do SMM. A intervenção em execução desenvolve-se no espaço público existente e no espaço canal aberto pela Metro Mondego, entre o Largo das Olarias e a Rua Direita

Esta enquadra-se, também, nos objetivos do Município de Coimbra de realizar com caráter urgente uma intervenção qualificadora, nesta área inserida na zona de proteção da área classificada pela UNESCO como Património da Humanidade "Universidade de Coimbra e Rua da Sofia" e prevista nos compromissos assumidos. A elaboração do projeto teve a colaboração e acompanhamento da Metro Mondego, considerando a satisfação das condições para a realização do SMM (antecipando parcialmente a sua realização): incluindo as faixas de circulação pedonal, a via rodoviária e as infraestruturas enterradas e caminhos de cabos, reservando-se espaço e as condições para, em fase subsequente, ser executado pela Metro Mondego, sem custos acrescidos, a implementação do SMM.

Esta "antecipação" permite - assegurado o cumprimento de todas as obrigações³ e compromissos existentes, condicionantes e os estudos e projetos elaborados e aprovados - que não se tenha de aguardar pela execução da totalidade da Linha do Hospital para assumir a qualificação de uma área integrada na zona classificada como Património da Humanidade.

A empreitada em execução corresponde a uma primeira etapa. A segunda etapa, entre a Rua Direita e a Rua da Sofia, só poderá ocorrer com a remodelação dos edifícios propriedade da Metro Mondego (incluindo o edifício ponte), de acordo com os projetos já aprovados e licenciados.

O projeto de execução da intervenção em curso obteve aprovação/parecer positivo por parte da APA em maio de 2017 e da tutela do Património, confirmando que a intervenção respeita e dá cumprimento às obrigações atrás referidas.

Os trabalhos da empreitada da CMC terminaram em meados de 2018 e tiveram acompanhamento da Metro Mondego em cumprimento do disposto no Protocolo celebrado

³ Decorrentes da Lei do Património, da Declaração de Impacte Ambiental e do Relatório Ambiental do Projeto de Execução.

estres estas duas entidades, assegurando os termos e cumprimento das condições referidas, nomeadamente, ambientais, patrimoniais e de compatibilidade com o projeto do SMM. Aguarda-se, da parte da CMC, o fecho formal da empreitada e a entrega das telas finais das diferentes especialidades.

Durante a execução da empreitada e posteriormente a esta, foram efetuadas comunicações e prestados esclarecimentos à APA com conhecimento à CMC e Tutela, nomeadamente no que respeita ao faseamento da intervenção, planos de monitorização e gestão ambiental e ações de cumprimento das medidas de minimização da DIA e RECAPE.

B.2 Estudo de Integração Urbana (EIU) no atravessamento da Baixa de Coimbra e sua implementação

A Linha do Hospital atravessa o centro da cidade de Coimbra, como é conhecido, em zona de importância patrimonial e que se encontra classificada pela UNESCO como património da Humanidade.

No cumprimento das condições de proteção e valorização deste património e processo de avaliação de impacto ambiental, foi elaborado o EIU⁴ aprovado pela CMC, tutela do Património e SRU.

Este Estudo de Integração Urbana, para além do assegurar das soluções de integração funcional e urbana do SMM, contempla a utilização das designadas “parcelas sobrantas” que não são necessárias para a execução do canal do SMM (vias/infraestrutura, espaços pedonais e integrações funcionais). Estas parcelas⁵ apresentam uma capacidade construtiva definida no Documento Estratégico da Primeira Unidade de Intervenção da SRU e no EIU.

A existência destas decorreu da especificidade do cadastro/tipologia do anterior edificado da zona e seu estado físico (soluções construtivas e estado de degradação), como aliás é reconhecido na DUP⁶ que determinou a área abrangida pelas expropriações⁷.

A Tutela deu orientações à Metro Mondego no sentido de se “centrar” na realização da infraestrutura para o SMM, remetendo a realização de qualquer intervenção urbanística para

⁴ Integra o Relatório de Conformidade do Projeto de Execução.

⁵ São neste momento, prédios independentes com capacidade construtiva, à exceção das parcelas edificadas da Rua da Sofia e Praça 8 de Maio pois a autonomização pressupõe a sua transformação física, o que ocorrerá com o início efetivo da intervenção prevista.

Para as áreas correspondentes aos Edifício A1/Edifício Ponte e Edifício A2, e no cumprimento das obrigações já atrás referido, a Metro Mondego mandou elaborar os respetivos projetos de execução que estão aprovados e licenciados.

⁶ Para assegurar a abertura do canal de atravessamento do SMM na Baixa de Coimbra foram oportunamente emitidas duas Declarações de Utilidade Pública de Expropriação (DUP), e concretizadas as respetivas expropriações, tendo as mesmas, em particular no que posteriormente se veio a designar por “parcelas sobrantas”, sido amigáveis e com renúncia do direito de reversão.

⁷ A DGTF na sequência de solicitação da Metro Mondego, veio pronunciar-se em 31 de Dezembro de 2010, no sentido da admissibilidade da alienação das parcelas sobrantas, “mediante autorização prévia do Ministro da Tutela, nos termos do nº 4 da Base 6 [das bases de concessão da Metro Mondego], a qual deverá ser concedida na perspetiva de ficar garantido o desempenho da atividade desenvolvida na concessão”.

entidade mais vocacionada, sem prejuízo da necessidade de se assegurar a execução dos projetos aprovados (edifícios A1 e A2 / edifício ponte), garantindo a disponibilidade do espaço de atravessamento, bem como a satisfação dos acordos indemnizatórios existentes.

A entidade gestora [FundBox] do “Fundo Imobiliário Fechado de Investimento Imobiliário “Coimbra Viva I”, constituído e orientado para a implementação da intervenção na “Unidade de Intervenção I” que abrange o canal do SMM, manifestou a sua disponibilidade para a participação da Metro Mondego no mesmo subscrevendo unidades de participação, por entrega em espécie das parcelas sobrantes.

A Assembleia Geral da Metro Mondego⁸, na sequência de proposta do Conselho de Administração, deliberou: “*Manifestar o acordo de princípio à alienação das parcelas sobrantes da Metro Mondego e participação no << Fundo Especial [...] >> condicionado a que o valor de alienação não seja inferior à totalidade de encargos incorridos pela Metro Mondego, S.A, com as parcelas sobrantes [...]. A decisão final deverá ser deliberada após serem conhecidos os termos finais desta operação*”.

A Metro Mondego promoveu a realização de avaliação independente das parcelas sobrantes dos prédios da Metro Mondego na Baixa de Coimbra, tendo por base a capacidade construtiva definida no EIU e Documento Estratégico da Primeira Unidade de Intervenção e os projetos aprovados e licenciados do Edifício A1 e Edifício A2, através do/de: “*Relatório de Avaliação das parcelas sobrantes*”, efetuado por perito independente e entregue em 06/12/2016 e “*Parecer de ROC independente*” relativo ao relatório de avaliação acima referido, de 20/12/2016.

Foram ainda identificados os custos incorridos com as parcelas sobrantes e não imputáveis ao projeto do SMM, no sentido de dar satisfação à deliberação, inicial e de princípio, favorável da Assembleia Geral.

Em 2018 a Metro Mondego procedeu, ainda, à análise de eventuais soluções alternativas, igualmente comunicadas à Tutela para decisão, a saber:

- *Aprovação [...] da proposta de «Participação da Metro Mondego no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana - Coimbra Viva I, por entrega em espécie (Parcelas sobrantes da Metro Mondego na Baixa de Coimbra)»; ou optar-se pela*
- *Decisão de lançamento de empreitadas diretamente pela Metro Mondego, [...] para execução das obras de demolição e construção dos edifícios A1 e A2 [...] dotando esta sociedade das condições para lançar os procedimentos necessários para esse efeito*”.

A Secretaria de Estado do Tesouro, em meados de 2018, deu conhecimento do Despacho de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 15/06/2018 sobre a Informação n.º 763/2017 de 10 de Agosto, da Direção Geral de Tesouro e Finanças, remetendo “à UTAM para análise” a proposta de *Participação da Metro Mondego no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana - Coimbra Viva I, por entrega em espécie (Parcelas sobrantes da Metro Mondego na Baixa de Coimbra)*.

⁸ De acordo com deliberação de 29 de Maio de 2014 e reiterada em 6 de Setembro de 2016.

Na sequência do despacho, procede-se à compilação e elaboração de elementos para o **“Estudo demonstrativo do interesse e da viabilidade da operação pretendida”**, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-lei N.º 133/2013 de 3 de Outubro, no sentido de se poder obter a *“autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do setor de atividade”* à proposta de aquisição pela Metro Mondego *“de uma participação de capital/aumento de capital, traduzida na subscrição de UP do Fundo Coimbra Viva I, por entregas em espécie de parcelas sobrantes da Metro Mondego/Baixa de Coimbra”*, aguardando-se resposta da Tutela (e Ministério das Finanças) para posterior resposta à entidade gestora e aprovação definitiva em Assembleia Geral.

Importa recordar e sublinhar que a conclusão da abertura do canal de atravessamento da Baixa de Coimbra está dependente da realização do edifício-ponte (remodelação do edificado por demolir). Em processo/empreitada simultânea de desconstrução seguida de reconstrução de acordo com os projetos aprovados.

Intervenção que tem que estar decidida e realizada num intervalo de tempo curto para possibilitar o cumprimento do calendário de realização do SMM/Metrobus anunciado pelo Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, que prevê a colocação em serviço do SMM no 1º trimestre de 2021.

C. Planeamento de médio e longo prazo e integração com o ordenamento do território

C.1. Promoção do Desenvolvimento Urbano nas Envolturas das Estações

Dando continuidade à estratégia de colaboração iniciada em 2010 com as Autarquias de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, no sentido de encontrar soluções de reordenamento do território que maximizem a rentabilidade e o aproveitamento do SMM, nomeadamente, nas áreas de influência das estações, prosseguiu-se as diligências necessárias no sentido de se finalizar e aprovar os planos de pormenor das estações do Corvo e de Espírito Santo, estando as Propostas de Plano concluídas e entregue às autarquias de Miranda do Corvo e Lousã.

O desenvolvimento e finalização dos procedimentos para a sua aprovação são da responsabilidade das Autarquias, sem prejuízo da colaboração da Metro Mondego quando tal se tornar necessário.

C.2. Pareceres Técnicos para Operações Urbanísticas e Projetos

De acordo com as obrigações da Metro Mondego quanto à emissão de pareceres na zona envolvente ao canal do SMM (incluindo linha da Lousã, do Hospital e eventuais expansões futuras) como regulamentado nos planos diretores municipais a Metro Mondego no decurso de 2018, procedeu à análise, realização de reuniões e à emissão de 26 pareceres relativos à

viabilidade de diversas operações urbanísticas confinantes com o projeto do SMM, respondendo assim às solicitações de Autarquias, empresas concessionárias de serviços públicos e de particulares.

C.3. Desenvolvimento de estudos de avaliação global do SMM

A Metro Mondego desenvolveu várias atividades de planeamento de transportes relativas à implementação do projeto Metrobus, realizadas em articulação com a Infraestruturas de Portugal e no âmbito da parceria existente entre as duas entidades, como a seguir se descreve.

Infraestrutura

Como referido no ponto A relativamente à linha da Lousã, a Metro Mondego tem vindo a realizar reuniões periódicas nas suas instalações com, nomeadamente, a IP e equipas de projetistas, bem como representantes da CMC e de outras Entidades, como as Águas do Centro Litoral e as Águas de Coimbra, tendo tido uma periodicidade quinzenal salvo períodos pontuais, para desenvolvimento dos estudos prévios e projeto de execução do SMM

Relativamente à linha do Hospital, a alteração do modo de transporte considerado para o SMM e os condicionantes físicos e económicos da sua implementação em meio urbano (designadamente a supressão da construção do túnel de Celas), exigiram a realização de novas análises e estudos adaptados a essa realidade, nomeadamente avaliação de alternativas e de viabilidade de traçado e reformulação de trânsito neste eixo:

- **Análise qualitativa de alternativas de traçado da Linha do Hospital:**
A Metro Mondego realizou internamente uma análise qualitativa de alternativas de traçado selecionadas no âmbito de reuniões de índole técnica ocorridas entre Metro Mondego, IP e CMC, tendo por base um conjunto mais vasto identificado previamente pela Metro Mondego.
- **Contagens de tráfego rodoviário no troço Praça da República-HUC:**
Foi realizada em outubro e novembro de 2018 uma campanha de contagens de tráfego permitindo a posterior avaliação de desempenho rodoviário de pontos críticos do traçado da Linha do Hospital, designadamente do Nó de Celas, a realizar no âmbito do estudo descrito no ponto seguinte.
- **Estudo de traçado e reordenamento de trânsito relativo à Linha do Hospital:**
Em dezembro de 2018 foi preparada a contratação de uma consultoria especializada para realizar nos primeiros meses de 2019 um estudo de traçado e reordenamento de trânsito relativo à Linha do Hospital, permitindo aprofundar e expandir a análise qualitativa de alternativas de traçado já realizada. O objetivo deste estudo é suportar a tomada de decisão sobre o traçado do Metrobus na Linha do Hospital (tendo em conta a maior flexibilidade do modo rodoviário em termos das vias em que pode operar e as restrições existentes ao custo de investimento), fornecer dados para os subsequentes Estudo Prévio e Projeto de Execução da infraestrutura da Linha do Hospital e servir de

referência para o RECAPE (a DIA do SMM de 2004 requer a realização de um estudo de reordenamento do trânsito em função da implementação do SMM).

Veículos

Foram elaboradas Notas Técnicas com identificação de pressupostos, variáveis e procedimentos a realizar para a elaboração de especificações funcionais e técnicas de veículos, tendo como ponto de partida as recomendações do estudo do LNEC e IP de 2017 sobre a solução rodoviária para o SMM, que possam incorporar os futuros cadernos de encargos tendo em vista a sua aquisição, incluindo os seguintes temas:

- Caracterização genérica dos veículos (autocarros elétricos a baterias) para os serviços suburbano e urbano.
- Sistemas de apoio à condução dos veículos, incluindo sistemas de guiamento automático e controlo automático de velocidade.

Exploração

Foi realizada uma análise preliminar do enquadramento legal do sistema Metrobus tendo em vista a obtenção das autorizações e licenciamentos necessárias à entrada em serviço, incluindo a autorização de entrada em serviço de infraestruturas, o licenciamento da atividade de prestação de serviços de transporte e de gestão e exploração da infraestrutura, e a certificação de pessoal.

D. Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã

Em 2018 houve uma alteração no quadro de funcionamento dos Serviços Alternativos, com o início a 1 de Setembro do novo contrato de prestação de serviços para o triénio 2018-2021 e a entrada de um novo operador (Transdev).

Neste novo contrato foram introduzidas medidas que procuram melhorar a qualidade do serviço, tanto ao nível do material circulante⁹, como da oferta de horários¹⁰, passando a ser assegurada a disponibilização nas horas de ponta do serviço autocarros com acesso a cadeiras de rodas e ainda no que diz respeito aos mecanismos de controlo da qualidade do serviço¹¹ e controle da fraude.

⁹ Foram introduzidas no concurso normas/cláusulas: que valorizavam as propostas que apresentassem autocarros mais recentes (Idade máxima, tendo em conta o período que vai desde o lançamento do concurso até o termo do novo contrato); de verificação/controlo do estado de conservação e limpeza dos autocarros; da exigência de ter os autocarros climatizados aquando do início das viagens).

¹⁰ Melhor oferta de serviço ao fim de semana e à hora de almoço, mais serviços rápidos para a Lousã e Serpins (reduzindo os semidirectos) e eliminação de redundâncias e algum excesso de oferta fora do período escolar.

¹¹ O valor das penalizações por falha de serviço ou pela utilização de autocarros que não estejam na lista aprovada, foi aumentado e passou a ser progressivo; para além das inspeções regulares obrigatórias, foi introduzida a possibilidade de exigir a realização de inspeções facultativas (extraordinárias) a qualquer momento.

No restante, manteve-se como nos anos anteriores: a gestão próxima a cargo da CP (incluindo venda de bilhetes e fiscalização); sendo o acompanhamento geral, informação e reclamações, para além do pagamento dos défices de exploração e gestão e manutenção da infraestrutura de apoio, da responsabilidade da Metro Mondego.

A Metro Mondego assume assim, para além do pagamento dos défices de exploração, os encargos com as estações e abrigos, incluindo limpeza e energia, abastecimento de energia e água, a receção e resolução das reclamações, bem como a divulgação, informação e promoção dos Serviços Alternativos através das plataformas que criou para o efeito (“blog” dos Serviços Rodoviários Alternativos, folhetos dos horários, painéis informativos existentes nas paragens e, também, através da aplicação *Android MMInfo*).

Em 2018, a procura apresentou uma pequena diminuição - foram transportados 652.162 passageiros - devido, em grande medida, ao prolongamento e desgaste resultante de os mesmos corresponderem a uma ação pensada para um horizonte temporal curto. Os Serviços Alternativos não têm a capacidade de atração necessária e que se espera para o SMM, num processo que nos termos atuais tem muita dificuldade em promover o transporte coletivo e captar novos clientes, aspeto que se procurou minorar no novo concurso. Recorda-se, ainda, que o tarifário é o correspondente ao serviço ferroviário.

Os proveitos de tráfego apresentaram, também, uma pequena diminuição, enquanto os custos, no que reporta à parcela que diz respeito ao operador rodoviário diminuíram cerca de 38.000 euros, em resultado da entrada em vigor do novo contrato. Já no que diz respeito à parcela correspondente aos custos associados à CP houve uma ligeira descida da média mensal, no seguimento do pedido de reavaliação e análise dos custos associados à prestação de serviços à Metro Mondego pela CP e do acordo entre as duas entidades para o estabelecimento de um valor fixo.

Há ainda a assinalar em 2018, despesas com a limpeza dos abrigos, consumo de energia elétrica e água nas bilheteiras de São José, Miranda do Corvo e Lousã, e com algumas obras de manutenção da infraestrutura de apoio aos Serviços Alternativos.

Em relação às reclamações recebidas, assistiu-se a uma redução no último trimestre, e continuaram a ser aplicadas as Normas de Procedimento para a sua gestão e tratamento, que definem as responsabilidades da Metro Mondego, sem prejuízo das que estão cometidas à CP e ao operador rodoviário, estabelece as regras e os prazos que devem ser seguidos, na perspetiva de proporcionar ao reclamante acesso a um processo de tratamento de reclamações transparente e capaz de originar respostas.

E. Comunicação e divulgação

A Metro Mondego manteve em 2018 uma estratégia de comunicação prudente face às indefinições vigentes no que concerne ao desenvolvimento do projeto.

Por este facto, a ação comunicativa da Metro Mondego foi discreta, limitando-se aos canais próprios de informação e comunicação, nomeadamente, na *internet* (site institucional e blog dos Serviços Alternativos).

Em relação ao *site* institucional, foi continuada a atualização considerando a solução Metrobus. Foram também iniciados os trabalhos preparatórios com vista à renovação do site e da aplicação de apoio aos Serviços Alternativos.

4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

A. Objetivos de gestão

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 foi submetido à DGTF, através da plataforma SIRIEF. Não foi realizada Assembleia Geral ordinária em 2018, não tendo havido decisão relativamente à proposta. Não obstante, a execução foi orientada pelo plano de atividades e orçamento elaborado, em linha e sintonia com anos anteriores.

Nesta sequência, os custos de estrutura e funcionamento (FSE e Pessoal) ficaram-se em 74,6% do orçamentado, a execução global do orçamento cifrou-se em 58,4 % do plano estimado, o investimento realizado face ao previsto foi de 48,7 €, sendo que 95,3 % deste investimento deve-se aos Serviços Alternativos que a Metro Mondego assegura.

B. Gestão do risco financeiro

A Metro Mondego não tem empréstimos contratados:

Unid.: €	2017	2018
Encargos Financeiros	-	-
Taxa Média de Financiamento	0,0%	0,0%

A Metro Mondego deixou de ter passivo remunerado em 2014 e assim se tem mantido desse esse período:

PASSIVO REMUNERADO (€)	2017	2018	VAR. %
Financiamento Obtidos	-	-	0%
... dos quais concedidos DGTF	-	-	0%

C. Prazo médio de pagamentos

Assiste-se à melhoria do prazo médio de pagamentos em 23 %:

PMP	2017	2018	Var. 2018/2017
Prazo (dias)	47	36	23,4%

A 31 de dezembro não existiam pagamentos em atraso:

DÍVIDAS VENCIDAS (€)	0-90 DIAS	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-242	-	-	-	-
Aq. de Capital	10.368	-	-	-	-
Total	10.126	-	-	-	-

D. Recomendações do acionista

Em 2018 (e 2017) não foi realizada Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Referira-se, ainda, que na Assembleia Geral Ordinária de 2016 não foram apresentadas recomendações pelos acionistas

E. Remunerações

Mesa da Assembleia Geral

MANDATO	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2018 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
2012-2014	Presidente	Luís Antunes	615	-	-	-
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Leitão	308	-	-	-
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	-	-	-

Nota: Nas Assembleias Gerais de 2015 e de 2016 subsequentes ao mandato do triénio 2012-2014 tem sido votado favoravelmente pelos acionistas a "(...) não deliberação de eleição dos Órgãos Sociais, por não se encontrarem reunidas condições para o efeito (...)." Em 2018 e 2017, não se realizou Assembleia Geral.

Conselho de Administração

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO	
			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora (O/D)
2012-2014	Presidente (executivo)	João Rebelo*	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal (não executivo)	Carlos Ferreira	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal (não executivo)	Leonel Pedro	AG	07-11-2012	não	n/a

* Por cedência de interesse público

NOME	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Valor Mensal Bruto €	
			Remuneração Base	Despesas Representação
Presidente	N	C	3.914	1.566
Vogal	N	C	979	n/a
Vogal	N	C	979	n/a

O presidente executivo bem como os vogais não executivos são remunerados de acordo com a ata nº 2 da Comissão de Fixação de Remuneração de 2002, em sintonia com o nº 3 da RCM nº 36/2012 de 26 de março.

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)						
	Variável	Fixa*	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Outras Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
João Rebelo	-	76.528	-	3.826	-	-	72.702
Carlos Ferreira	-	8.611	-	431	-	-	8.180
Leonel Pedro	-	8.611	-	431	-	-	8.180

Nota: * inclui despesas de representação

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)					
	Variável	Fixa*	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
João Rebelo	-	72.702	72.702	-	-	72.702
Carlos Ferreira	-	8.180	8.180	-	-	8.180
Leonel Pedro	-	8.180	8.180	-	-	8.180

* Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória.

A Metro Mondego não liquida prémios de gestão assim como cumpre com as reduções remuneratórias em vigor.

O Presidente é o único vogal executivo e não acumula outras funções remuneradas.

NOME	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	Subsídio Refeição		Regime Proteção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago	Identificar	Valor			Identificar	Valor
João Rebelo	4,77	1.078	CGA	17.267	-	936	-	-
Carlos Ferreira	-	-	SS	1.943	-	-	-	-
Leonel Pedro	-	-	SS	1.943	-	-	-	-

Embora previsto pela Ata nº2 da Comissão de Fixação de Remunerações, não estão atribuídas à administração viaturas para uso total. O Presidente prescindiu da sua utilização total. A utilização das viaturas apenas ocorre quando necessário, no exercício de funções.

NOME	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO					Gasto total com Viagens
	Deslocações em Serviço *	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras	Valor	
				Identificar		
João Rebelo	198	-	-	Desp. Repr.	0	198
Carlos Ferreira	-	-	-	-	-	-
Leonel Pedro	-	-	-	-	-	-

Nota: Inclui despesas com combustível, títulos de transporte, portagens e estacionamento. Não existe viatura atribuída à administração para uso total.

Fiscal Único

Mandato	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	
2012-2014		Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		04-05-2010	9
2012-2014	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG	04-05-2010	9
2012-2014	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	20160643	AG	04-05-2010	0

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL 2018 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10.000	338	338	10.000

F. Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

A Metro Mondego não tem cartões de crédito e não tem despesas que possam recair no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

NOME	GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (€)		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
João Rebelo	30	254	
Carlos Ferreira	-	-	-
Leonel Pedro	-	-	-

MANDATO	PLAFONS MENSAL COMBUSTÍVEIS E PORTAGENS (1)	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
João Rebelo	3.000	119	61	180	-
Carlos Ferreira	-	-	-	-	-
Leonel Pedro	-	-	-	-	-

(1) Inclui orçamento previsional de despesas de combustível e de deslocação, não existindo viaturas atribuídas à administração para uso total.

G. Despesas não documentadas

Não existem e nunca existiram despesas não documentadas (nº2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013).

H. Relatório sobre remunerações

A Metro Mondego é uma entidade de reduzida dimensão, com oito colaboradores, não se mostrando relevante a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens. É, no entanto, importante referir que não houve nem há diferenças remuneratórias injustificadas. A liquidação de remunerações tem por base a categoria e experiência laboral, independentemente de se tratar de homem ou mulher. Atualmente é composto por 7 homens e 1 mulher. Do histórico de processamento de remunerações para categorias iguais as remunerações processadas são iguais, seja homem ou mulher.

I. Contratação pública

Em matéria de contratação pública a Metro Mondego aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sustentada por informação fundamentada do Departamento que a sugere, com sujeição à apreciação e aprovação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar;
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;
- Internamente, opera-se a segregação de funções, por ser um fator chave de controlo de todos os procedimentos implementados e garantir que mais do que uma pessoa esteja envolvida nos processos de aquisição principalmente em todos os que envolvam fluxos financeiros;

- É efetuado o acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, atividades e projetos;
- Em virtude da implementação do novo regime contabilístico SNC-AP, em funcionamento já em 2018, houve alteração de procedimentos, nomeadamente a introdução do lançamento contabilístico do cabimento e compromisso;
- É efetuado o controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, etc.;
- É efetuado o controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico;
- Não houve atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M €.

J. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Foi realizada, a 29 de janeiro de 2019, a habitual reunião anual, para preparar o relatório de execução do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e o plano a vigorar em 2019.

K. Sistema Nacional de Compras Públicas

A mudança de política interna relativamente ao aprovisionamento fez acabar com *stocks*. Esta medida levou a que a encomenda de material de aprovisionamento/funcionamento seja realizada à medida das necessidades do momento pelo que as encomendas são realizadas com um prazo muito limitado e urgente de entrega. Contudo, a Metro Mondego realiza, na medida do possível, uma consulta a 3 entidades diferentes e adjudica sempre à entidade que apresenta valor mais baixo.

L. Frota automóvel

A frota automóvel tem sido utilizada de forma eficiente. O envelhecimento da frota começa a evidenciar-se com intervenções e reparações mais caras, naturalmente. Em 2017 os custos diretos da frota automóvel foram de 3.642 € (Seguro, manutenção e IUC) e em 2017 cifrou-se em 3.115 €. O valor é baixo não sendo linear ano a ano dependendo das manutenções que vão sendo requeridas. O baixo número de viaturas e a antiguidade não justificou/permitiu equacionar a possibilidade de a mesma ser reduzida.

GASTOS COM FROTA AUTOMÓVEL (€)	2017	2018	Var 2018/2017	
			Valor	%
Seguro	1.320	1.366	47	3,5%
Revisões	1.480	1.955	476	32,2%
IUC	316	321	4	1,3%
Portagens	548	952	404	73,9%
Combustíveis	1.694	2.426	732	43,2%
Estacionamento	123	324	201	163,1%
Nº Veículos	3	3	0	0

M. Medidas de redução de gastos operacionais

PRC (€)	META	2018	2017	2016	2010	2018/2017		2018/2010	
						Valor	%	Valor	%
(1) CMVMC	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	0%
(2) FSE	165.350	131.140	112.111	115.988	246.901	19.029	-17,0%	-115.761	46,9%
(3) Gastos com o pessoal	564.5756	413.725	445.370	457.225	668.814	-31.645	-7,1%	-255.089	-38,1%
(4) Gastos Operacionais=(1)+(2)+(3)	729.925	544.865	557.482	573.213	915.715	-12.612	-2,3%	-370.850	-40,5%
(5) Volume de negócios (VN)	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	0%
(6) Peso dos Gastos/VN=(4)/(5)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Lei OE 2015 - Art.º 61 nº 3									
Comunicações (FSE)	5.640	3.298	3.602	3.364	16.232	-304	-8,4%	-12.934	-79,7%
Deslocações/Estadas (FSE)	5.760	1.577	942	891	15.073	635	67,4%	-13.496	-89,54%
Ajudas de Custo (Gasto com Pessoal)	-	-	-	-	-	-	0,00%	-	0%
Número Trabalhadores (1)	15	11	12	13	19	-1	--8,3%	-8	-42,1%
Nº de Efetivos (2)	12	8	9	10	19	-1	-11,1%	-4	-33,3%
Nº Cargos de Direção	1	1	1	1	3	0	0,00%	-2	-66,7%
Nº Trabalhadores/Cargos Direção	15	11	12	13	6,3	-1	-8,3%	4,7	74,6%
Viaturas									
... Nº Viaturas	3	3	3	3	n.a.	0	0,00%	n.a.	n.a.
... Gastos com viaturas	n.d.	3.674	3.115	2.048	n.a.	559	18,0%	n.a.	n.a.

⁽¹⁾ Nº de trabalhadores - Devem ser considerados todos os trabalhadores pertencentes aos quadros da empresa, que participem ou não nas atividades da entidade, no período de referência

⁽²⁾ Nº de Efetivos - Devem ser considerados todos os trabalhadores ligados ou não à empresa por um contrato de trabalho, que participem na atividade da empresa no período de referência

A redução de gastos em 2018 face a 2010 é de 40,5% demonstrando o cumprimento das metas impostas e em sintonia com as orientações e objetivos anuais previstos.

N. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Metro Mondego fechou o exercício a conta na Caixa Geral de Depósitos e a 31 de dezembro de 2018 passou a ter toda a tesouraria concentrada na conta do IGCP, por onde já realizava a maioria das operações financeiras. Apesar de o IGCP não estar tecnologicamente evoluído em comparação com a banca comercial, não deter todos os mecanismos de pagamento e funcionalidades úteis de auxílio à gestão (pe, o agendamento de pagamentos), a Metro Mondego passou a deter uma única conta, no IGCP, passando a dar cumprimento integral ao princípio de Unidade de Tesouraria.

As operações são maioritariamente realizadas junto do IGCP exceto quando não permite determinado tipo de operação. A 31 de dezembro 96,99% das disponibilidades encontram-se no IGCP.

BANCA COMERCIAL	VALOR POR TRIMESTRE (€)			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
CGD	74.751	72.581	68.637	0

Não existem aplicações financeiras na banca comercial.

O. Tribunal de Contas

Não existem recomendações por cumprir.

P. Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de Dezembro de 2018

Não houve atualização da informação derivado a não ter ocorrido reunião de Assembleia Geral Ordinária.

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO	
	S/N/n/a	Data Atualização
Estatutos	S	2016
Caracterização da empresa	S	2016
Função de tutela e acionista	S	2016
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	2016
Estatuto Remuneratório Fixado	S	2016
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2015
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2016
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015
Esforço Financeiro Público	S	2015
Ficha Síntese	S	2015
Informação Financeiras histórica e atual	S	2015
Princípios de Bom governo		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2016
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2016
Outras transações	S	2016
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:		
<i>Económico</i>	S	2016
<i>Social</i>	S	2016
<i>Ambiental</i>	S	2016
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2016
Código de Ética	S	2016

Q. Quadro resumo

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Coment.	Cumprimento S, N, N.A.	Quantificação	Justificação
Objetivos de Gestão				
Objetivo 1		N.A.		Sem objetivos de gestão contratados.
Objetivo 2		N.A.		Sem objetivos de gestão contratados.
Objetivo 3		N.A.		Sem objetivos de gestão contratados.
Metas a atingir constantes no PAO2017				Não existiram metas definidas para além da contenção de despesas sempre que possível aplicar.
Princípios Financeiros de Referência				Não foram definidos.
Investimento			1.142.274	Execução de 58,4% face ao PAO 2018.
Gastos com pessoal		S	413.725 €	Execução de 73,6% face ao PAO 2018.
Despesas de funcionamento (FSE's)		S	131.140 €	Execução de 83,8% face ao PAO 2018
Grau de execução do orçamento carregado no Sigo/SOE		S	1.290.071 €	Execução de 55,3%.
Gestão do Risco Financeiro		N.A.		Sem financiamento bancário.
Limites de Crescimento do Endividamento		N.A.		Sem financiamento bancário.
Evolução do PMP a fornecedores		S	36 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		N.A.		
Deveres Especiais de Informação		N.A.		
Recomendações do acionista na aprovação de contas		S		Sem recomendações.
Remunerações				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011		N.A.		
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2017		S	0 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2011		S	0 €	Reversão 338 €
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2017		S	0 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º. 39º da Lei 83-C/2013		S	0 €	
Artigo 32º do EGP				
Utilização de cartões de crédito		N		Não existem cartões de crédito.
Reembolso de despesas de representação pessoal		N		Não existem despesas desta natureza.
Valor máximo de despesas de associadas a comunicações			360 €	Executados 254 €.
Valor máximo de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço			2.400 €	Executado 180 €.
Despesas não documentadas - nº2 do artigo 16º do DL nº 133/2013				
Proibição de realização de despesas não documentadas		S	Nunca houve despesas não documentadas.	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		N.A.		A empresa processa vencimentos por categoria, independentemente de ser homem ou mulher. A dimensão reduzida da empresa não justifica a elaboração de um relatório.
Contratação Pública				
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa		S		Em total conformidade com a legislação aplicável.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC		N.A.		
Prevenção da Corrupção - nº1 do artigo 46º do DL nº 133/2013				
Elaboração e divulgação do relatório anual		S	Atualizado a 20 de fevereiro de 2019.	Divulgado no site institucional www.metromondego.pt
Auditoria do Tribunal de Contas		N.A.		Sem recomendações por cumprir.
Parque Automóvel				
Nº de viaturas	3			Viaturas ao serviço exclusivo da empresa.
Gastos com viaturas			3.115 €	Gasto direto com as viaturas (manutenção, seguro e impostos).
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º. 61º da Lei nº 83-C/2013)		S		Cumpr.
Redução de Trabalhadores				
Nº de trabalhadores	11	S	Uma colaboradora aposentou-se	-42,1% face a 2010.
Nº de cargos dirigentes	1	S	Sem variação	-67% face a 2010.
Princípio da Unidade de Tesouraria				
Disponibilidades Centralizadas no IGCP		N	100% das disponibilidades no IGCP	Apesar das limitações tecnológicas existentes no IGCP para os dias de hoje.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita de Estado		N.A.		

5. GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A. Análise da atividade

Em 2018 a atividade da empresa permanece em linha com os últimos anos. A atividade permaneceu focada nas ações identificadas no ponto 3, não devendo deixar de sublinhar-se a prestação dos Serviços Alternativos.

Verifica-se o elevado peso do imobilizado em curso no total do imobilizado, como resultado dos investimentos concretizados e que são acumulados nesta rubrica, ano após ano.

A evolução do ativo não corrente líquido afigura-se no quadro seguinte:

ATIVO NÃO CORRENTE (€)	2017	2018
Ativos fixos tangíveis	41.066.274	42.164.047
Propriedades investimento	192.516	192.516
Ativos intangíveis	83.303	69.546
Total	41.342.094	42.426.109

O ativo tangível é o seguinte:

ATIVO FIXO TANGÍVEL (€)	2017	2018
Equipamento básico	103.261	9.616
Equipamento transporte	56.874	56.874
Equipamento administrativo	264.514	315.921
Outro ativo tangível	17.079	17.555
Imobilizado em curso	41.047.070	42.152.479

O imobilizado em curso representa quase 100% (99%) do ativo fixo tangível.

No que se refere ao imobilizado em curso a sua composição tem a seguinte forma:

TOTAL DO ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO (€)	2018
Capitalizações (Custos de Pessoal, Gastos, Financiamento capitalizados)	13.004.529
Marketing (Atividades de Marketing nomeadamente de comunicação e divulgação do projeto)	121.873
Planeamento (Atividades de planeamento tais como estudos de suporte ao projeto)	975.718
Implementação 1ª Fase (Inclui todos os investimentos necessários a serem assumidos pela Metro Mondego para que a Linha da Lousã seja uma realidade. A título de exemplo estão inseridas as Expropriações dos Interfaces de Lousã, Miranda do Corvo e Ceira ou a gestão dos Serviços Alternativos)	11.019.219
Operacionalização do Sistema (Custos relacionados com a formatação operacional do sistema tais como a adequação das Bases de Concessão)	7.400
Implementação 2ª Fase (Custos ligados à implementação da Linha do Hospital, entre eles os custos de investimento com as expropriações e demolições na Baixa de Coimbra)	14.252.911
Outros (Inclui anteriores a 2004)	2.765.010
Total	42.152.479

Já referido, o incremento relevante verifica-se nas capitalizações e na implementação da 1ª fase, ou seja, operação dos Serviços Alternativos.

Ao nível do Capital próprio a Metro Mondego cumpre o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, evidenciando um total de 35,9 milhões de euros.

CAPITAL PRÓPRIO (€)	2017	2018
Resultados Líquidos	-27.639	-22.256
Resultados Transitados	-815.273	-842.912
Capital Social	1.075.000	1.075.000
Reservas	33.859.067	35.743.957
Total	34.091.155	35.953.789

No que se refere ao passivo não corrente, há apenas a destacar o montante de 9,8 milhões de euros de impostos diferidos.

Não existe qualquer financiamento bancário.

Ao nível do passivo corrente, a composição era a seguinte:

PASSIVO CORRENTE (€)	2017	2018
Fornecedores	1.179	0
Estado e outros entes públicos	15.722	16.024
Outras contas a pagar	64.992	49.313
Diferimentos	410	0
Total	82.303	65.337

B. Análise dos custos de estrutura

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 não foi objeto de decisão acionista, no entanto, manteve em prática a política de contenção de custos. Só assim, mesmo após um ligeiro incremento de atividade resultante da definição do projeto, é possível ficar aquém do previsto.

Têm também contribuído para a redução de custos globais o seguinte:

- Não contratação de novos colaboradores, mesmo após a saída de outros;
- Não tem havido incrementos remuneratórios;
- Dilatação de prazos de algumas manutenções;
- Adiamento em algumas atualizações.

A evolução dos gastos de pessoal obteve o seguinte comportamento:

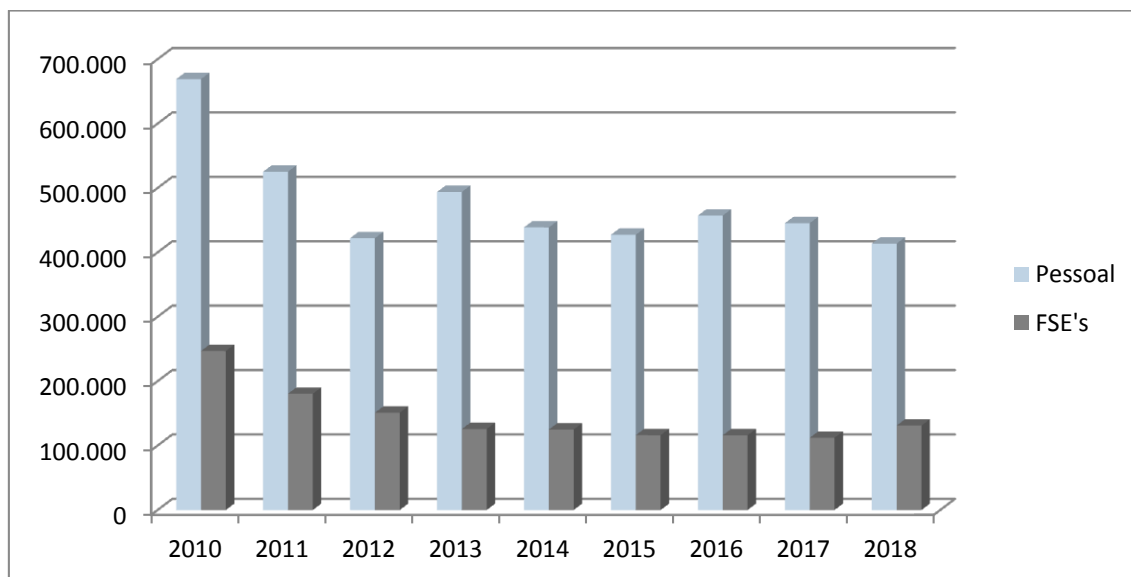
Unid.: (€)	2017	2018	Variação
Custos com pessoal	445.370	413.725	-7%

A evolução dos custos de estrutura inverte a tendência face ao ano anterior, decrescendo, o que, apesar da restituição dos cortes remuneratórios, reflete a redução de um recurso na estrutura da empresa:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (€)	2017	2018	Variação
Eletricidade	5.081	5.067	10%
Combustíveis	1.694	2.426	43%
Material de Escritório	1.119	1.291	15%
Rendas e Alugueres	36.860	36.926	0%
Despesas Representação	81	0	-
Comunicação	3.602	3.298	-8%
Seguros	2.820	3.384	20%
Deslocações e Estadas	942	1.577	67%
Conservação e Reparação	2.056	2.747	34%
Publicidade e Propaganda*	0	0	0%
Outros	57.856	73.884	28%
Total	112.111	131.140	17%

* não inclui os encargos com os folhetos de horários dos Serviços Alternativos.

O acréscimo de custos tem relação direta com o incremento de deslocações, nomeadamente reuniões assíduas em Lisboa, alguns aumentos de preços tais como a renda do edifício sede e a prestação de serviços de contabilidade e assessoria fiscal.



As amortizações anuais configuram-se as seguintes:

Unid.: (€)	2017	2018
Amortizações	13.300	27.306

O incremento do custo de amortizações está diretamente relacionado com o investimento em hardware e software realizado para fazer face à implementação do novo regime contabilístico SNC-AP.

Em 2018 continuou a não haver aplicações a prazo, situação interrompida em 2011 da prática de aplicação dos excedentes de tesouraria. Desta forma não há juros resultantes de excedentes de tesouraria.

A Metro Mondego fechou o exercício de 2018 com 100% das disponibilidades no IGCP para dar cobertura ao Princípio de Unidade de Tesouraria. O resultado líquido de 2018 cifrou-se no montante negativo de 23.101,30€.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A exploração do exercício de 2018 saldou-se por um resultado líquido negativo de 23.101,30€ (Vinte e três mil, cento e um euros e trinta cêntimos), o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para compensação de futuros exercícios.

RELATÓRIO APROVADO EM COIMBRA A 14 DE MARÇO DE 2019

Pelo Conselho de Administração:

Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo
(Presidente)

Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro
(Vogal)

Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira
(Vogal)

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Metro Mondego, SA

Metro Mondego, SA

31 de dezembro de 2018

Índice

Balanço.....	5
Demonstração de resultados por naturezas.....	6
Demonstração de fluxos de caixa	7
Demonstração das alterações no património líquido.....	8
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	9
Adoção pela primeira vez do SNC-AP - Disposição transitória	9
Balanço de abertura e demonstrações financeiras	9
Balanço de abertura:.....	9
Informação comparativa:.....	10
Demonstrações Financeiras:	10
a. Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relacionados:.....	10
b. Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:.....	10
c. Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:	10
d. Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o ponto 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP:	10
e. Distinção nas reconciliações do ponto b. e c., entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores, se aplicável:.....	10
f. Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são (não são) as primeiras demonstrações apresentadas:.....	10
Nota 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.....	10
1.1.1. Designação da entidade, período de relato:.....	10
1.1.2. Endereço:	10
1.1.3. Código da classificação orgânica:.....	11
1.1.4. Tutela:	11
1.1.5. Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:.....	11
1.1.6. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:.....	11
1.1.7. Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:	11
1.1.8. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparados com os do ano anterior:.....	11

1.1.9.	Divulgação sobre a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras alterados e quantias comparativas reclassificadas:	12
1.1.10.	Natureza da reclassificação:.....	12
1.1.11.	Quantia de cada item ou classe de itens reclassificados:	12
1.1.12.	Razão da reclassificação:.....	12
1.1.13.	Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso:.....	12
1.1.14.	Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:.....	12
Nota 2 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros		12
2.1.	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:.....	12
2.1.1.	Ativos Intangíveis	12
2.1.2.	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
2.1.3.	Propriedades de Investimento	14
2.1.4.	Rendimentos de transações com contraprestação	14
2.1.5.	Rendimentos de transação sem contraprestação	14
2.1.6.	Instrumentos financeiros	14
2.1.7.	Benefícios dos empregados	15
2.2.	Outras políticas contabilísticas relevantes.....	15
2.2.1.	Imposto Sobre o Rendimento	15
2.3.	Apresentação apropriada e em conformidade com as NCP	16
2.4.	Informação comparativa	16
2.5.	Consistência na apresentação.....	16
2.6.	Materialidade e agregação.....	16
2.7.	Compensação	16
2.8.	Continuidade.....	16
2.9.	Julgamentos (exceto os que envolvem estimativas) feitas pelo órgão de gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:.....	17
2.10.	Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):	17
2.11.	Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia de ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros.....	18
Nota 3 - Ativos intangíveis		19
Nota 4 - Ativos fixos tangíveis		21
Nota 5 - Propriedades de investimento		24
Nota 6 - Rendimento de transações com contraprestação		25
Nota 7 - Rendimento de transações sem contraprestação		25
Nota 8 - Acontecimentos após a data de relato		25

Nota 9 – Instrumentos financeiros	25
Nota 10 - Benefícios dos empregados	27
Nota 11 – Divulgações de partes relacionadas	28
Nota 12 – Outras informações relevantes	28

Balanço

Metro Mondego, SA

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2018 (SNC-AP)	31/12/2017 (SNC)
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	42.164.047,48	41.066.273,97
Propriedades de investimento	5	192.516,29	192.516,29
Ativos intangíveis	3	69.545,71	83.303,45
		42.426.109,48	41.342.093,71
Ativo corrente:			
Estado e outros entes públicos	9.4	49.955,79	73.758,00
Outras contas a receber	9.1	242,00	254,71
Diferimentos	9.2	6.882,10	8.574,00
Caixa e depósitos bancários	1	3.399.300,54	2.575.993,77
		3.456.380,43	2.658.580,48
Total do Ativo		45.882.489,91	44.000.674,19
PATRIMÓNIO LÍQUIDO:			
Património / Capital	1	1.075.000,00	1.075.000,00
Reservas		9.654,04	9.654,04
Resultados transitados		(842.911,97)	(815.273,40)
Outras variações no Património Líquido	7	35.339.500,97	33.849.413,20
Resultado líquido do período		(23.101,30)	(27.638,57)
Total do Património Líquido		35.558.141,74	34.091.155,27
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Outras contas a pagar	9.5	10.259.822,25	9.827.213,03
		10.259.822,25	9.827.213,03
Passivo corrente:			
Fornecedores	9.3	-	1.179,16
Estado e outros entes públicos	9.4	14.789,80	15.721,78
Fornecedores de investimentos	9.3	10.367,72	
Outras contas a pagar	9.5	38.945,69	64.994,55
Diferimentos	9.6	422,71	410,40
		64.525,92	82.305,89
Total do Passivo		10.324.348,17	9.909.518,92
Total do Património Líquido do Passivo		45.882.489,91	44.000.674,19

Demonstração de resultados por naturezas

Metro Mondego, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2018 (SNC-AP)	31/12/2017 (SNC)
Trabalhos para a própria entidade	2.9	523.476,86	537.362,98
Fornecimentos e serviços externos	12	(131.140,14)	(112.111,32)
Gastos com o pessoal	10	(413.725,23)	(445.370,19)
Outros rendimentos e ganhos	6 / 7 / 12	32.231,29	18.836,50
Outros gastos e perdas	12	(5.166,07)	(11.943,98)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		5.676,71	(13.226,01)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 / 4	(27.306,01)	(13.299,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(21.629,30)	(26.525,71)
Resultado antes de impostos		(21.629,30)	(26.525,71)
Imposto sobre o rendimento do período	2.2.1 / 12	(1.472,00)	(1.112,86)
Resultado líquido do período		(23.101,30)	(27.638,57)

Demonstração de fluxos de caixa

Metro Mondego, SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (2)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(98.551,82)	(113.781,07)
Pagamentos ao pessoal		(475.336,94)	(242.749,04)
Caixa gerada pelas operações		(573.888,76)	(356.530,11)
Outros recebimentos/pagamentos		175.074,01	(64.913,23)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(398.814,75)	(421.443,34)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(725.332,21)	(826.476,31)
Ativos intangíveis		(7.272,92)	(89.505,92)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.023,82	-
Outros ativos		3.702,83	-
Subsídios ao investimento		1.950.000,00	1.950.000,00
Transferências de capital		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1.222.121,52	1.034.017,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		823.306,77	612.574,43
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.575.993,77	1.963.419,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.399.300,54	2.575.993,77
			-
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.575.993,77	
- Equivalentes de caixa no início do período		-	
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	
= Saldo da Gerência Anterior		2.575.993,77	
De execução orçamental		2.556.542,43	
De operações de tesouraria		20.712,54	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.399.300,54	
- Equivalentes de caixa no fim do período		-	
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	
= Saldo para a gerência seguinte		3.399.300,54	
De execução orçamental		3.388.962,82	
De operações de tesouraria		10.337,72	

Demonstração das alterações no património líquido

Metro Mondego, SA														
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DE 2018														
(Montantes expressos em Euros)														
Rubricas	Notas	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas Decorrentes da transferência de ativos	Outras reserva s	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	1	1.075.000,00	-	9.654,04	-	-	(815.273,40)	-	-	33.849.413,20	(27.638,57)	34.091.155,27	-	34.091.155,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no património líquido							(27.638,57)			1.490.087,77	27.638,57	1.490.087,77	-	1.490.087,77
	2	-	-	-	-	-	(27.638,57)	-	-	1.490.087,77	27.638,57	1.490.087,77	-	1.490.087,77
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										(23.101,30)	(23.101,30)	-	(23.101,30)
RESULTADO INTEGRAL	4=2 +3										-	1.466.986,47	-	1.466.986,47
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	6=1 +2+ 3+5	1.075.000,00	-	9.654,04	-	-	(842.911,97)	-	-	35.339.500,97	(23.101,30)	35.558.141,74	-	35.558.141,74

Anexo às Demonstrações Financeiras

Adoção pela primeira vez do SNC-AP - Disposição transitória

Balanço de abertura e demonstrações financeiras

Balanço de abertura:

Em 1 de janeiro de 2018 foi elaborado o balanço de abertura de acordo com o novo normativo em vigor com informação comparativa relativa a 31/12/2017. Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP:

BALANÇO DE ABERTURA 01/01/2018

Unidade Monetária*

Rubricas	Valores conforme normativo anterior	Ajustamentos	SNC-AP 01/01/2018
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	41.066.273,97	-	41.066.273,97
Propriedades de investimento	192.516,29	-	192.516,29
Ativos intangíveis	83.303,45	-	83.303,45
	41.342.093,71	-	41.342.093,71
Ativo corrente:			
Estado e outros entes públicos	73.758,00	1.112,86	74.870,86
Outras contas a receber	254,71	-	254,71
Diferimentos	8.574,00	-	8.574,00
Caixa e depósitos bancários	2.575.993,77	-	2.575.993,77
	2.658.580,48	1.112,86	2.659.693,34
Total do Ativo	44.000.674,19	1.112,86	44.001.787,05
PATRIMÓNIO LÍQUIDO:			
Património / Capital	1.075.000,00	-	1.075.000,00
Reservas	9.654,04	-	9.654,04
Resultados transitados	(815.273,40)	-	(815.273,40)
Outras variações no Património Líquido	33.849.413,20	-	33.849.413,20
Resultado líquido do período	(27.638,57)	-	(27.638,57)
Total do Património Líquido	34.091.155,27	-	34.091.155,27
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Outras contas a pagar	9.827.216,03	-	9.827.216,03
	9.827.216,03	-	9.827.216,03
Passivo corrente:			
Fornecedores	1.179,16	-	1.179,16
Estado e outros entes públicos	15.721,78	1.112,86	16.834,64
Fornecedores de investimentos	-	11.059,67	11.059,67
Outras contas a pagar	64.991,55	(11.059,67)	53.931,88
Diferimentos	410,40	-	410,40
	82.302,89	1.112,86	83.415,75
Total do Passivo	9.909.518,92	1.112,86	9.910.631,78
Total do Património Líquido e do Passivo	44.000.674,19	1.112,86	44.001.787,05

*Montantes expressos em Euros

Informação comparativa:

As primeiras demonstrações elaboradas de acordo com o SNC-AP incluíram assim informação comparativa não tendo havido necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as NCP relevantes. Os ajustamentos consistiram em alterações nas rubricas do ativo e do passivo.

Demonstrações Financeiras:

- a. Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relacionados:

A Metro Mondego, SA é uma Entidade Pública Reclassificada e elaborou até 31/12/2017 as suas contas de acordo com as NCRF do SNC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. Face à consistência deste normativo com o SNC-AP, a transição não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relacionados.

- b. Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:

Não há qualquer alteração no património líquido que resulte do processo de transição de normativo.

- c. Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:

Não há qualquer alteração no resultado que resulte do processo de transição de normativo.

- d. Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o ponto 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP:

Nada a referir. A Metro Mondego, SA não revela imparidades nas suas demonstrações financeiras

- e. Distinção nas reconciliações do ponto b. e c., entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores, se aplicável:

Nada a referir.

- f. Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são (não são) as primeiras demonstrações apresentadas:

As demonstrações financeiras apresentadas não são as primeiras da entidade embora, sejam as primeiras de acordo com as NCP.

Nota 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras

1.1. Designação da entidade, período de relato:

A Metro Mondego, SA é uma sociedade anónima, constituída a 20 de maio de 1996. O capital social é representado por 1.075.000 ações, com valor nominal de 1,00€, encontrando realizado na totalidade.

1.2. Endereço:

Rua Rodrigues Gusmão, nº 21, 3000-345 Coimbra

2. Código da classificação orgânica:

5904

3. Tutela:

Ministério do Planeamento e das Infraestruturas

4. Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

Publicação dos estatutos da Metro Mondego, SA: Diário da República n.º 157/97, Série: III Pág. Inicial: 12320 - (35) de 1997/07/10.

5. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos, mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

6. Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Foram aplicados os requisitos das NCP relevantes para a entidade, exceto quanto ao requisito do § 34 da NCP 8 – Propriedades de Investimento.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, a título de integração de lacunas, deve-se obedecer supletivamente à seguinte hierarquia de normas, no sentido de suprir essa lacuna:

1. Normas Internacionais de Contabilidade Pública;
2. Normas de Contabilidade e Relato Financeiro que integram o SNC;
3. Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na UE;
4. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.

O SNC-AP estabelece tratamentos contabilísticos para as entidades públicas, que normalmente são considerados como sujeitos ativos dos impostos estatais e/ou municipais, e não como sujeitos passivos, pelo que não está previsto um tratamento específico para o reconhecimento de impostos correntes e diferidos.

A Metro Mondego é um sujeito passivo de impostos, atendendo a que se trata duma empresa, classificada como entidade pública reclassificada.

Assim, tratando-se do reconhecimento de impostos correntes e diferidos, não existe qualquer tratamento contabilístico em qualquer das NCP do regime geral do SNC-AP, pelo que a entidade pode optar por aplicar supletivamente as NCRF do SNC do setor empresarial: NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento.

7. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparados com os do ano anterior:

Face à consistência do SNC e do SNC-AP, os ajustamentos de transição não são significativos.

8. Divulgação sobre a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras alterados e quantias comparativas reclassificadas:

9. Natureza da reclassificação:

Adoção pela primeira vez do SNC-AP

10. Quantia de cada item ou classe de itens reclassificados:

A reclassificação não afetou as quantias registadas dos itens reclassificados.

11. Razão da reclassificação:

Foram reclassificados alguns itens de ativos fixos tangíveis e intangíveis por forma a fazer corresponder a classificação contabilística de acordo com o plano de contas multidimensional do item, ao respetivo código do Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

12. Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso:

Não existem saldos de caixa ou seus equivalentes indisponíveis para uso.

13. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e seus Equivalentes	
	2018
Caixa	1.000,00
Depósitos à ordem	
Depósitos à ordem no Tesouro	3.398.300,54
Total de caixa e depósitos	3.399.300,54

Nota 2 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

2.1.1. Ativos Intangíveis

Um ativo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo e, o custo ou o justo valor do ativo passo ser mensurado com fiabilidade.

A entidade reconhece um item como ativo intangível quando o item satisfaz a definição de ativo intangível e os critérios para o seu reconhecimento. Este requisito aplica-se ao custo mensurado no reconhecimento e aos custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência ao mesmo.

Após o reconhecimento como ativo, o ativo intangível é registado pelo seu custo, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável dos ativos intangíveis é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. São considerados diversos fatores na determinação da vida útil de um ativo intangível nomeadamente: o uso esperado do ativo pela entidade; a obsolescência técnica e tecnológica; o nível de gastos de manutenção exigido para obter benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados a partir do ativo e intenção da entidade para atingir esse nível.

O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros sejam consumidos pela entidade. O método utilizado é o método das quotas constantes do qual resulta num gasto linear durante a vida do ativo.

Relativamente aos ativos intangíveis da entidade, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

→ Programas de computador: 3 anos.

2.1.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que são detidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos e dos quais se espera que sejam utilizados durante mais do que um período de relato.

O custo de um bem como ativo fixo tangível é reconhecido como ativo apenas se for provável que fluirão para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associado ao bem e o seu custo ou justo valor possa ser mensurado com fiabilidade.

A entidade avalia todos os custos do ativo fixo tangível no momento em que são suportados. Estes custos incluem custos suportados inicialmente para construir ou adquirir um bem do ativo fixo tangível e custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência a esse ativo.

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como ativo é inicialmente mensurado pelo seu custo. O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende: o seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após descontos comerciais ou abatimentos; quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão; e estimativa inicial dos custos de desmantelamento ou de remoção do bem e da restauração do local em que está localizado, e que a entidade é obrigada a suportar quando o bem é adquirido, ou em resultado de ter usado o bem durante um determinado período para fins que não sejam produzir inventários durante esse período.

Após o reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis podem ser objeto de revalorização de acordo com critérios e parâmetros a definir em dispositivo legal adequado. A revalorização pressupõe a determinação, à data da revalorização, da vida útil remanescente do ativo.

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil. Sempre que as expectativas correntes diferem das expectativas iniciais, o valor residual e a vida útil de um bem do ativo são revistos, e as alterações são contabilizadas de acordo com uma alteração de estimativa.

A depreciação de um ativo começa quando fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar pela forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando é desreconhecido. Assim, a depreciação não cessa quando o ativo se tornar ocioso ou for retirado de uso e ficar detido para alienação, a menos que esteja completamente depreciado.

O método de depreciação utilizado reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos pela entidade. Assim, é aplicado de forma consistente o método das quotas constantes refletindo um gasto linear ao longo da vida útil do ativo, se o seu valor residual não se alterar.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as seguintes vidas úteis esperadas:

- Equipamento básico: 3 a 8 anos;
- Equipamento de transporte: 4 anos;
- Equipamento administrativo: 8 a 20 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis: 3 a 16 anos.

2.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente bens imóveis detidos para obter rendas, para valorização do capital ou ambos. A propriedade de investimento tem capacidade para gerar, ou vir a gerar, fluxos de caixa independentes dos outros ativos controlados pela entidade.

Uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando: for provável que benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento fluirão para a entidade; e, o custo ou o justo valor poder ser mensurado com fiabilidade.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação.

A propriedade de investimento em causa não tem uso futuro atualmente definido pelo que não foi ainda determinado o seu justo valor para efeitos de divulgação.

2.1.4. Rendimentos de transações com contraprestação

Transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

O rendimento de transações com contraprestação resulta de: venda de bens ou prestações de serviços a terceiros ou outras entidades públicas; uso por terceiros de ativos da entidade rendendo juros, royalties e dividendos e distribuições similares, recebidos ou a receber da entidade por sua própria conta.

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização, ou seja, quando incorre em gastos necessários para a obtenção do mesmo.

2.1.5. Rendimentos de transação sem contraprestação

Transações sem contraprestação são transações que não sejam transações com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma entidade sem dar diretamente em troca um valor aproximadamente igual ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

As transferências relacionadas com a aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidas no capital próprio sendo, subsequentemente, imputadas numa base sistemática (proporcional às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

2.1.6. Instrumentos financeiros

A entidade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro são incluídos no custo de aquisição no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor. Os ativos e passivos financeiros da entidade estão mensurados ao custo.

A entidade avalia em cada data de relato a imparidade dos seus ativos financeiros e se existir evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece a perda por imparidade na demonstração dos resultados. A perda por imparidade será então a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, a entidade reverte a imparidade anteriormente reconhecida. A quantia da reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados do período em que esta se verifica.

Não são permitidas reversões de perdas por imparidade em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados ao custo.

A entidade desreconhece um ativo financeiro apenas quando: os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; a entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro; ou a entidade, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para um terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a outro terceiro não relacionado e a possibilidade de exercer essa capacidade unilateralmente, sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

A entidade desreconhece um passivo financeiro, ou parte deste, apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

2.1.7. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem os benefícios proporcionados pela entidade segundo acordos ou planos formais ou segundo requisitos legais, ou através de acordos setoriais, pelos quais se exige que as entidades contribuam para planos nacionais, setoriais ou outros.

Os benefícios dos empregados incluem:

- Benefícios de curto prazo: tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenho (se pagáveis até 12 meses após a data de relato) e benefícios não monetários (tais como, cuidados médicos, alojamento, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados) a empregados correntes;
- Benefícios pós-emprego: tais como pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego;
- Benefícios a longo prazo: que podem incluir licença por serviço prolongado, licença sabática, por jubilação ou outros benefícios por serviço prolongado, benefícios por incapacidade prolongada e, se não forem totalmente pagáveis dentro de 12 meses após a data de relato, gratificações e outros prémios associados a resultados ou desempenho;
- Benefícios de cessação de emprego.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado de acordo com a legislação aplicável.

Neste exercício, não existe matéria coletável para efeitos de liquidação de imposto sobre o rendimento pelo que, este compreende unicamente as tributações autónomas tal como definidas pela legislação legal em vigor.

2.3. Apresentação apropriada e em conformidade com as NCP

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

2.4. Informação comparativa

A necessidade de apresentar informação comparativa afetou a extensão da informação apresentada uma vez que, no que respeita ao período anterior, os valores das demonstrações financeiras não foram reexpressos de acordo com o novo normativo, o que implicou também alguma perda de comparabilidade.

Esta perda de comparabilidade resultante do período de transição será reposta na próxima prestação de contas.

2.5. Consistência na apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para o outro.

2.6. Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que constituem as linhas de itens das diferentes demonstrações financeiras. Se uma linha de determinado item não for material, individualmente é agregada com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras. Um item que não seja suficientemente material para ter uma apresentação separada naquelas demonstrações pode, apesar de tudo, ser suficientemente material para ser apresentado separadamente nas notas às demonstrações financeiras.

2.7. Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido numa NCP.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em conta a quantia de quaisquer descontos ou outros abatimentos concedidos pela entidade.

A entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rendimento operacional, mas são acessórias às atividades principais geradoras deste. Os resultados de tais transações são apresentados, quando tal apresentação reflete a substância da transação ou outro acontecimento, compensando o rendimento com o respetivo gasto proveniente da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Por exemplo: ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes, incluindo investimentos e ativos operacionais, são relatados na demonstração dos resultados deduzindo ao produto da alienação a quantia escriturada do ativo e as respetivas despesas de venda; gastos relativos a uma provisão reconhecida de acordo com a NCP 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e reembolsados, nos termos de um contrato com terceiro (por exemplo um contrato de garantia com um fornecedor), podem ser compensados com o respetivo reembolso.

2.8. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

2.9. Julgamentos (exceto os que envolvem estimativas) feitas pelo órgão de gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na ausência de um requisito do normativo que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição e, após utilizadas as disposições supletivas previstas, o órgão de gestão utilizará o seu julgamento no desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística cuja informação resulte em informação que seja:

1. Relevante para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores;
2. Fiável, no sentido em que as demonstrações financeiras:
 - a. Representem fidedignamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade;
 - b. Reflitam a substância económica das transações, outros acontecimentos e condições e não meramente a sua forma legal;
 - c. Sejam neutras, isto é, isentas de preconceitos;
 - d. Sejam prudentes; e
 - e. Estejam completas em todos os aspetos materiais.

No uso de juízos de valor, serão considerados: em primeiro lugar os requisitos e orientações das que tratem assuntos similares e relacionados; e, só depois, as definições, critérios de reconhecimento e mensuração para ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na NCP e na Estrutura Concetual do SNC-AP.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de gastos e rendimentos do período.

Na determinação dos trabalhos efetuados para a própria entidade, foi adotada a seguinte fórmula: gastos com o pessoal x 98% + fornecimentos e serviços externos x 90%.

2.10. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são referidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

O Estado atribui à Metro Mondego, em exclusivo, a concessão em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A implementação do Projeto previa a execução em 2 fases distintas, sob a coordenação geral da MM, sendo a 1ª fase implementada pela CP e REFER (agora IP) e a 2ª Fase no quadro do concurso de sub-conceção e/ou diretamente pela Metro Mondego. Depois da paragem na realização das ILD's a partir de meados de 2012 e reanálise do projeto, em junho de 2017 foi apresentada pela Tutela a nova solução em Metrobus e calendário de execução em que incumbiu

a Infraestruturas de Portugal (IP) da realização dos projetos e obras necessárias à implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM).

2.11. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia de ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros.

Não se prevê a adoção de NCP que possam vir a influenciar períodos anteriores ou futuros.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2017 e 31/12/2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada na rubrica de ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	123.443,36	40.139,91	0,00	83.303,45	135.566,60	66.020,89	0,00	69.545,71
	123.443,36	40.139,91	-	83.303,45	135.566,60	66.020,89	-	69.545,71

As adições do período são referentes à parcela final do investimento em software de gestão motivado pela imposição legal de mudança de normativo contabilístico.

Também em 2018, a entidade procedeu ao abate de bens inscritos na rubrica de ativos intangíveis por motivo de obsolescência dos mesmos. O abate foi acompanhado por um elemento da Autoridade Tributária que certificou o auto de abate. Foram abatidos bens do ativo intangível totalmente amortizados, no valor de 8.246,66 €.

Foram reclassificados na rubrica de ativos intangíveis bens que estavam totalmente amortizados classificados nas respetivas rubricas de ativos fixos tangíveis, no valor de 14.456,96 €.

Ativos intangíveis - quantia escriturada e variação do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. internas à entidade	Revalorizações	Rev. de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final
	-								-	-
Programas de computador e sistemas de informação	83.303,45	5.912,94					19.670,68			69.545,71
	83.303,45	5.912,94	-	-	-	-	19.670,68		-	69.545,71

Ativos intangíveis - adições

Rubricas	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a valor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Programas de computador e sistemas de informação	-	5.912,94	-	-	-	-	-	-	-	5.912,94
	-	5.912,94	-	-	-	-	-		-	5.912,94

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2017 e 31/12/2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis								
Equipamento básico	103.261,16	103.261,01	-	0,15	9.616,02	9.616,02	-	-
Equipamento de transporte	56.873,35	56.873,35	-	-	56.873,35	56.873,35	-	-
Equipamento administrativo	264.513,64	246.332,15	-	18.181,49	315.921,14	305.243,99	-	10.677,15
Outros	17.079,30	16.057,13	-	1.022,17	17.554,84	16.663,51	-	891,33
Ativos fixos tangíveis em curso	41.047.070,16	-	-	41.047.070,16	42.152.479,00	-	-	42.152.479,00
	41.488.797,61	422.523,64	-	41.066.273,97	42.552.444,35	388.396,87	-	42.164.047,48
Total	41.488.797,61	422.523,64	-	41.066.273,97	42.552.444,35	388.396,87	-	42.164.047,48

Em 2018 a entidade procedeu ao abate físico de bens do ativo fixo tangível no valor total de 27.065,14 €. Este montante incluía equipamento informático obsoleto e/ou avariado, sem utilidade para a entidade no montante de 26.918,99 € e equipamento administrativo no total de 146,15 €. A recolha foi efetuada por uma empresa especializada na recolha deste tipo de resíduos e acompanhada por um elemento da Autoridade Tributária que supervisionou a recolha e certificou o auto de abate.

Há a referir que foi efetuada uma reorganização da classificação dos bens afetos às rubricas de ativos fixos tangíveis no sentido de melhor adaptar a conta do plano coerente com o Classificador complementar 2, atendendo à natureza de cada bem. Desta reorganização, resultou, como já referido na nota anterior, a transferência de bens no montante de 14.696,96 € para a rubrica de ativos intangíveis.

Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações do período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis									
Equipamento básico	0,15	-	-	-	-	(0,15)	-	-	0,00
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	18.181,49	-	-	-	-	(7.504,34)	-	-	10.677,15
Outros	1.022,17	-	-	-	-	(130,84)	-	-	891,33
Ativos fixos tangíveis em curso	41.047.070,16	1.105.408,84	-	-	-	-	-	-	42.152.479,00
	41.066.273,97	1.105.408,84	-	-	-	(7.635,33)	-	-	42.164.047,48
Total	41.066.273,97	1.105.408,84	-	-	-	(7.635,33)	-	-	42.164.047,48

O investimento em ativos fixos tangíveis em 2018 verificou-se apenas na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso. Foram capitalizados durante o ano de 2018 1.105.408,84 € de gastos com o desenvolvimento das diversas infraestruturas do projeto.

Ativos fixos tangíveis - adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis											
Ativos fixos tangíveis em curso	523.476,86	581.931,98	-	-	-	-	-	-	-	-	1.105.408,84
	523.476,86	581.931,98	-	-	-	-	-	-	-	-	1.105.408,84
Total	523.476,86	581.931,98	-	-	-	-	-	-	-	-	1.105.408,84

Nota 5 - Propriedades de investimento

A Propriedade de investimento é constituída por uma parcela de terreno com área total de 2.250 m2 na freguesia de Santa Cruz (atual união de Freguesias de Coimbra). Esta parcela confronta a norte com a Rua do Arnado, Nascente/Sul e Poente com a CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP.

Este terreno constitui a realização em espécie da participação da CP, EP no capital social da Metro Mondego em 1996.

A parcela foi incluída nos estudos urbanísticos da CMC, nomeadamente a designada ARU Baixa-Rio e esteve inserida no programa estações com vida e num protocolo de parceria com a REFER (atual IP, SA) e CMC (20 de julho de 2001) onde se previa uma permuta do terreno com a construção da sede da MM na nova estação (Coimbra-B). Em 2007, no quadro da revisão da execução do projeto, a localização da sede em Coimbra-B foi reconsiderada e feita a opção pela possível localização em Sobral de Ceira, junto ao PMO previsto.

Entretanto, as alterações ao projeto levaram a uma reorientação dos investimentos que certamente envolverão também o destino desta parcela. Atualmente não existe definição concreta para o destino a dar a esta propriedade de investimento. Contudo, além de valorizar o capital, é convicção do órgão de gestão que esta reúne condições para continuar assim classificada pois, dela são esperados benefícios económicos futuros.

Tal facto leva a que não tenha sido ainda determinado o justo valor da propriedade de investimento. No entanto, é convicção que do órgão de gestão que o justo valor do ativo é seguramente superior ao valor de mensuração, sendo próximo do seu valor patrimonial tributário, ou seja, cerca de € 307.000.

Propriedades de investimento - modelo do custo

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. internas à entidade	Depreciações do período	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
											Rendas	Outros
Propriedades de Investimento												
Terrenos e recursos naturais	192.516,29	-	-	-	-	-	-	-	192.516,29	-	-	-
Total	192.516,29	-	-	-	-	-	-	-	192.516,29	-	-	-

Nota 6 - Rendimento de transações com contraprestação

A entidade reconheceu em 2018, 4.937,11 € relativos a rendimento obtido pelo arrendamento de parte de um imóvel que está afeto à rubrica de ativos fixos tangíveis em curso.

Nota 7 - Rendimento de transações sem contraprestação

	Rendimentos sem contraprestação				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Transferência com condição	27.306,01	1.490.087,77	-	-	-
Total	27.306,01	1.490.087,77	-	-	-

Nota 8 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 26 de março de 2019

A decisão final de aprovação de contas é conferida em sede de Assembleia Geral.

Entre a data de relato e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas informações acerca de alterações que indiciem que pode estar em risco o pressuposto da continuidade.

Nota 9 – Instrumentos financeiros

A entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros de acordo com a sua política de gestão, nomeadamente:

9.1 – Outras Contas a Receber

	2017	2018
Fornecedores (saldos contrários)	224,29	242,00
Outros Devedores	30,42	
	254,71	242,00

9.2. – Diferimentos (Ativo)

	2017	2018
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	8.474,00	6.882,10
	8.474,00	6.882,10

9.3. – Fornecedores

	2017	2018
Fornecedores, Conta Corrente	1.179,16	-
Fornecedores de Investimentos		10.367,72
	1.179,16	10.367,72-

9.4 – Estado e Outros Entes Públicos

	2017	2018
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	118,34	-
IRC – Pagamento por Conta	4.656,25	4.312,50
IVA - A Recuperar	68.983,41	45.643,29
Contribuição p/ Seg. Social		
	73.758,00	49.955,79
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	-	237,72
Retenção imposto s/ rend.	6.842,02	6.793,53
Contribuição p/ Seg. Social	8.879,76	7.758,55
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	15.721,78	14.789,80
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional	-	-
	15.721,78	14.789,80

9.5 – Outras Contas a Pagar

	2017	2018
Não Correntes		
Outros Credores	9.827.213,03	10.259.822,25
	9.827.213,03	10.259.822,25
Corrente		
Fornecedores de investimentos	6.059,67	10.367,72
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	44.311,86	38.945,69
Outros acréscimos de gastos	9.620,02	
Outros Credores	5.000,00	
	64.991,55	49.313,41
	9.892.204,58	10.309.135,66

9.6 – Diferimentos (Passivo)

	2017	2018
Diferimento de Rendimentos		
...	410,40	422,71
	410,40	422,71

O saldo da conta outros credores não corrente diz respeito apenas à quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento.

Nota 10 - Benefícios dos empregados

Em 31/12/2018 a entidade tinha 10 pessoas ao serviço (12 pessoas em 2017). Há ainda a referir que no ano de 2018 aconteceu a saída de uma funcionária por caducidade do contrato de trabalho (reforma) e que um dos funcionários da entidade se encontra a gozar uma licença sem vencimento.

Gastos com o Pessoal

	2017	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	90.066,89	90.139,82
Remunerações do pessoal	260.823,07	238.817,88
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	81.016,91	75.654,43
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	3.297,99	2.447,25
Estimativa para participação nos lucros	-	-
Outros gastos com Pessoal	10.165,33	6.665,85
	445.370,19	413.725,23

Nota 11 – Divulgações de partes relacionadas

Remuneração do Pessoal Chave da Gestão

Descrição	2017	2018
Benefício de curto prazo dos empregados	90.066,89	90.139,82
Benefícios pós-emprego	-	-
Outros benefícios de longo prazo	-	-
Benefícios por cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em ações	-	-
	<u>90.066,89</u>	<u>90.139,82</u>

Nota 12 – Outras informações relevantes

Fornecimentos e Serviços Externos

	2017	2018
Serviços especializados	56.277,78	73.032,37
Trabalhos especializados	52.995,23	25.124,01
Vigilância e segurança	1.097,08	1.125,58
Honorários	0,00	43.940,04
Conservação e reparação	2.056,10	2.747,29
...		
Outros	129,37	95,45
Materiais	1.330,53	1.607,37
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	138,18	5,68
Livros e documentação técnica	32,08	30,08
Material de escritório	1.119,47	1.290,73
Artigos para oferta	40,80	0,00
...		
Outros	0,00	280,88
Energia e fluidos	7.347,92	8.565,75
Eletricidade	5.081,24	5.606,57
Combustíveis	1.693,97	2.426,26
Água	572,71	532,92
Deslocações, estadas e transportes	941,95	1.576,78
Deslocações e estadas	941,95	1.576,78
Serviços diversos	46.213,14	46.357,87
Rendas e alugueres	36.859,98	36.925,88
Comunicação	3.602,21	3.298,38
Seguros	2.819,52	3.384,36
Contencioso e notariado	0,00	522,00
Despesas de representação	80,50	0,00
Limpeza, higiene e conforto	2.149,48	2.097,83
Outros serviços	701,45	129,42
	112.111,32	131.140,14

Outros Gastos e Perdas

	2017	2018
Impostos	318,61	320,61
Impostos indiretos:	318,61	320,61
Outros *	11.625,37	4.845,46
Correções relativas a períodos anteriores	9.272,09	2.498,63
Quotizações	2.353,28	2.346,83
	11.943,98	5.166,07

Outros Rendimentos e Ganhos

	2017	2018
Rendimentos suplementares	4.924,80	4.924,80
Outros rendimentos suplementares	4.924,80	4.924,80
Outros *	13.299,70	27.306,01
Imputação de subsídios para investimentos	13.299,70	27.306,01
Outros	612,00	0,48
	18.836,50	32.231,29

Imposto sobre o Rendimento

	2017	2018
Imposto corrente	(1.112,86)	(1.472,00)
Imposto diferido	-	-
	(1.112,86)	(1.472,00)

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	2017	2018
Resultados Antes de Impostos	(26.525,71)	(21.629,30)
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	(1.112,86)	(1.472,00)
Taxa média efetiva de imposto	4,20%	6,81%

A proposta de aplicação de resultados

A exploração do exercício de 2018 saldou-se por um resultado líquido negativo de € 23.101,30 (vinte e três mil, cento e um euros e trinta cêntimos), propondo-se que sejam levados à conta de resultados transitados.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Metro Mondego, SA

Metro Mondego, SA

31 de dezembro de 2018

Índice

1.	Demonstrações Previsionais	3
1.1.	Orçamento	3
2.	Demonstração de Relato Individual	3
2.1.	Demonstração de Desempenho Orçamental	3
2.2.	Demonstração de Execução Orçamental da Receita	3
2.3.	Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	3
2.4.	Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	4
3.	Anexo às Demonstrações Orçamentais	5
3.1.	Alterações Orçamentais da Receita	5
3.2.	Alterações Orçamentais da Despesa	5
3.3.	Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	5
3.4.	Operações de Tesouraria	5
3.5.	Contratação Administrativa	6
3.5.1.	Situação dos Contratos	6
3.5.2.	Adjudicações por tipo de procedimento	6
3.6.	Transferências e Subsídios	6
3.6.1.	Transferências e Subsídios – Despesa	6
3.6.2.	Transferências e Subsídios – Receita	7
3.7.	Outras Divulgações	7
4.	Demonstrações Orçamentais	8
4.1.	Orçamento Previsional	9
4.2.	Demonstração Desempenho Orçamental	14
4.3.	Controlo Orçamental da Receita	16
4.4.	Controlo Orçamental da Despesa	17
4.5.	Alterações Orçamentais da Receita	19
4.6.	Alterações Orçamentais da Despesa	21

1. Demonstrações Previsionais

1.1. Orçamento

2. Demonstração de Relato Individual

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique: (a) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado; e (b) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Para dar satisfação a estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação de uma entidade sobre: (a) Dotações de despesa e previsões de receita (b) Alterações orçamentais (c) Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas; (d) Despesas pagas e receitas cobradas; (e) Grau de execução orçamental (despesas e receitas); (f) Desempenho orçamental.

2.1. Demonstração de Desempenho Orçamental

A demonstração de desempenho orçamental, evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

2.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita

A demonstração de execução orçamental — receita — tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber. Contemplar também informação das previsões corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à receita, que consta do Anexo.

2.3. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

A demonstração de execução orçamental — despesa — tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico. As despesas são desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da despesa, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e por pagar. Contempla informação das dotações corrigidas, obtidas por ligação a uma demonstração de alterações orçamentais à despesa, que consta do Anexo, mas sem evidência em 2018 visto que, não ocorreram alterações orçamentais ao nível da despesa.

2.4. Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Não existe um plano plurianual de investimentos por ausência de definições da posição da Metro Mondego no projeto.

3. Anexo às Demonstrações Orçamentais

3.1. Alterações Orçamentais da Receita

Destina -se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas.

3.2. Alterações Orçamentais da Despesa

Destina -se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações entretanto ocorridas

3.3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Não aplicável decorrente do referido no ponto 2.4.

3.4. Operações de Tesouraria

Código de Conta	Descrição	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
071	Recebimentos por operações de tesouraria	20.712,54	1.231,20	0,00	21.943,74
0713	Constituição e reforço de caucões e garantias	11.059,67	0,00	0,00	11.059,67
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	9.652,87	1.231,20	0,00	10.884,07
072	Pagamentos por operações de tesouraria	-1.261,20	0,00	-10.344,82	-11.606,02
0723	Devolução de caucões e garantias	-30,00	0,00	-691,95	-721,95
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	-1.231,20	0,00	-9.652,87	-10.884,07
Total		19.451,34	1.231,20	-10.344,82	10.337,72

3.5. Contratação Administrativa

3.5.1. Situação dos Contratos

5 — Contratação administrativa

5.1 — Situação dos contratos

Deve ser prestada informação sobre todos os contratos celebrados no período de relato ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira no período de relato, de acordo com o modelo a seguir apresentado.

No que concerne aos pagamentos, deverá ser indicada a data do primeiro pagamento e os pagamentos ocorridos no período e acumulados, discriminados por:

Trabalhos normais;
Revisão de preços;
Trabalhos a mais;
Trabalhos de suprimento de erros e omissões;
Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos.

Anexo 1 - Relatório de Pagamentos																	Fluxo		
Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações	
	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Número do registro	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)

O Controlador Público, ...

Em ... de ... de ...

O Órgão de Gestão, ...

Em ... de ... de ...

Os contratos estabelecidos em 2018 não têm duração superior a 1 ano, inferiores a 5.000 euros, tratando-se de ajuste direto simplificado e dizem respeito ao funcionamento corrente da atividade da empresa.

Em 2018 não foi realizada qualquer contratação de valor superior 5.000 € ou 1 ano de duração.

3.5.2. Adjudicações por tipo de procedimento

5.2 — Adjudicações por tipo de procedimento

Deve ser relatada informação relativa a cada tipo de contrato discriminada por tipo de procedimento de adjudicação:

Concurso público;
Concurso limitado por prévia qualificação;
Procedimento de negociação;
Diálogo concorrencial;
Ajuste direto.

Deverá ser referenciado o número de contratos e o preço contratual adjudicados no período.

												Euros
Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto			
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número de contratos	Preço contratual	Número de contratos	Valor
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]
Empreitada de obras públicas												
Aquisição de serviços												

3.6. Transferências e Subsídios

3.6.1. Transferências e Subsídios – Despesa

Não foram efetuadas quaisquer transferências relativas a subsídios concedidos visto que a entidade não concede subsídios.

3.6.2. Transferências e Subsídios – Receita

Tipo de Receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Obs.
Transferências correntes:								
(...)								
Total de Transferências correntes								
Transferências de capital:								
(...)								
	OE 2018		IMT	1.950.000,00 €	1.950.000,00 €	- €	- €	
Total de Transferências de capital								
				1.950.000,00 €	1.950.000,00 €			

3.7. Outras Divulgações

Referir que de acordo com a orientação da DGO na Circular Série A n.º 1390 – Instruções para preparação do OE-2019 a MM adota o regime simplificado na classificação das receitas e despesas:

IV – Regime simplificado:

12. Considerando a coexistência, no perímetro da Administração Central, de entidades com natureza institucional e de financiamento diversos, vigorará o regime simplificado em contabilidade pública para as entidades públicas reclassificadas abrangidas pelo regime simplificado identificadas no «Anexo I – Lista de entidades da Administração Central».

13. Essas entidades efetuam o registo do orçamento diretamente no SIGO/SOE, adotando uma versão simplificada do classificador económico das receitas e despesas públicas, disponíveis no «Anexo XV – Classificador de Receita e Despesa aplicável ao orçamento das EPR – Regime Simplificado3».

As regras do presente capítulo aplicam-se igualmente às entidades identificadas como entidades públicas de regime simplificado da Parte II do Anexo II do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, na sua redação atual.

14. Os critérios subjacentes ao detalhe proposto na classificação económica têm em conta a necessidade de respeitar a estrutura e níveis de desagregação legalmente aprovados, bem como possuir a especificação para efeitos de consolidação. A chave orçamental deverá, assim, incluir os seguintes elementos:

- i. Programa/Ministério - predefinida;
- ii. Capítulo/Secretaria de Estado/Divisão/Subdivisão (orgânica do orçamento de atividades, predefinida);
- iii. Medida (uma, predefinida);
- iv. Funcional (uma, predefinida);
- v. Atividade (uma, predefinida);
- vi. Classificação económica tendo em conta a tabela do Anexo XV;
- vii. Fonte de Financiamento – tabela predefinida:

Receitas Gerais

319 Transferências de RG entre organismos

Receita própria

511 Com origem em receita geral proveniente do OE

viii. A chave orçamental relativa a projetos não é utilizada.

4. Demonstrações Orçamentais

ANEXO IX

Memória justificativa do OE/2018

Mapa Final da Memória Justificativa

MINISTÉRIO: PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

SERVIÇO: 5904 - METRO - MONDEGO, SA

I - Proposta de Orçamento para 2018

(Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2016	OE/2017 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2018	Iniciativas 2018	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2018	Proposta orçamento 2018	Variação OE2018 face a OE2017		Variação OE2018 face a OE2016	
								Valor	%	Valor	%
								(7)=(6)-(2)	(8)=(7)/(2)	(9)=(6)-(1)	(10)=(9)/(1)
	RECEITA								0		0
R.01	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.02	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.03	Contribuições de Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.04	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.05	Rendimentos de propriedade	3.694	4.925	0	0	0	4.925	0	0	1.231	33
R.07	Venda de bens e serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.06+10	Transferências	2.026.744	1.950.000	0	0	50.000	2.000.000	50.000	3	-26.744	-1
R.08+09+13+14+15	Outras receitas	227.402	326.119	-604	0	0	325.515	-604	0	98.113	43
R.11+12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.16	Saldo da gerência anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.99	Transferencia Receitas Gerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Receita	2.257.840	2.281.044	-604	0	50.000	2.330.440	49.396	2	72.600	3
Por FF									0		0
	Receitas Gerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Receitas Próprias	2.257.840	331.044	-604	0	0	330.440	-604	0	-1.927.400	-85
	Fundos Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transf. no âmbito das AP	0	1.950.000	0	0	50.000	2.000.000	50.000	3	2.000.000	0
	Total Receita por FF	2.257.840	2.281.044	-604	0	50.000	2.330.440	49.396	2	72.600	3
	DESPESA								0		0
D.01	Despesas com o pessoal								0		0
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	369.202	457.574	2.409	0	0	459.983	2.409	1	90.781	25
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	23.056	28.267	219	0	0	28.486	219	1	5.430	24
D.01.03	Segurança Social	83.578	101.176	0	0	0	101.176	0	0	17.598	21
D.02	Aquisição de bens e serviços	140.123	161.692	10.853	0	0	172.545	10.853	7	32.422	23
D.03	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.04+08	Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.05	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.07	Investimento	846.376	1.532.335	35.915	0	0	1.568.250	35.915	2	721.874	85
D.06+11	Outras despesas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.09+10	Ativos/Passivos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total Despesa	1.462.335	2.281.044	49.396	0	0	2.330.440	49.396	2	868.105	59
Por FF									0		0
	Receitas Gerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO IX

Memória justificativa do OE/2018

Mapa Final da Memória Justificativa

MINISTÉRIO: PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

SERVIÇO: 5904 - METRO - MONDEGO, SA

I - Proposta de Orçamento para 2018

(Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2016	OE/2017 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2018	Iniciativas 2018	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2018	Proposta orçamento 2018	Variação OE2018 face a OE2017		Variação OE2018 face a OE2016	
								Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(6)-(2)		(9)=(6)-(1)	
	Receitas Próprias	1.462.335	331.044	0	0	-604	330.440	-604	0	-1.131.895	-77
	Fundos Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Transf. no âmbito das AP	0	1.950.000	50.000	0	0	2.000.000	50.000	3	2.000.000	0
	Total Despesa por FF	1.462.335	2.281.044	50.000	0	-604	2.330.440	49.396	2	868.105	59
	EXTRAORÇAMENTAIS								0		0
R.17	Receitas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0		0
D.12	Despesas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0		0
Por memória											
	Receita Efetiva	2.257.840	2.281.044	-604	0	50.000	2.330.440				
	Despesa Efetiva	1.462.335	2.281.044	49.396	0	0	2.330.440				
	Saldo Global	795.505	0	-50.000	0	50.000	0				

II - Indicadores Recursos Humanos

Indicadores Recursos Humanos	OE 2017		PO 2018	
	valor	%	valor	%
PDP (Peso das despesas com Pessoal)		26		25
Despesa com pessoal media por pessoa	29.351		29.482	
Remuneração Média	22.879		22.999	

III - Justificação da Proposta de Orçamento de Receita

Capítulo 01 - Impostos Diretos

NADA A REFERIR

Capítulo 02 - Impostos Indiretos

NADA A REFERIR

Capítulo 03 - Contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE

NADA A REFERIR

Capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades

NADA A REFERIR

Capítulo 05 - Rendimentos da propriedade

RECEITA DE RENDA DE UM ARRENDATÁRIO COMERCIAL.

Capítulo 06 - Transferências correntes

TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.

Capítulo 07 - Venda de bens e serviços correntes

NADA A REFERIR

Capítulo 08 - Outras receitas correntes

A METRO MONDEGO DEDUZ O IVA ENQUANTO DESPESAS DE INVESTIMENTO (CAPITAL), SENDO O IVA APRESENTADO NUMA BASE TRIMESTRAL. A NECESSIDADE DE LIQUIDAR IVA É TEMPORÁRIA RESULTANDO MAIS TARDE NA OBTENÇÃO DO RESPECTIVO REEMBOLSO. O CENÁRIO ADOTADO DESSA RECEITA (REEMBOLSO DE IVA) ESTÁ COMPATÍVEL COM UM ATRASO NÃO SUPERIOR A 6 MESES. QUALQUER ATRASO NO REEMBOLSO DO IVA REFLETIRÁ SEMPRE O AUMENTO DO PRAZO DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA DE CAPITAL.

Capítulo 09 - Venda de bens de investimento

NADA A REFERIR

Capítulo 10 - Transferências de capital

A DOTAÇÃO ATRIBUÍDA RESPONDE UNICAMENTE À DESPESA RESULTANTE DO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA (SALÁRIOS E FSE'S) BEM COMO AO COMPROMISSO FINANCEIRO ASSUMIDO PELA MM AQUANDO DO LEVANTAMENTO DOS CARRIS (DESDE DEZEMBRO/2009) NO RAMAL DA LOUSÃ REFERENTE AO SERVIÇO RODOVIÁRIO DE TRANSPORTE DE PESSOAS - SERVIÇOS ALTERNATIVOS. EXISTE UMA VERBA RESIDUAL ATRIBUÍDA PARA FAZER FACE A MANUTENÇÃO DA BAIXA DE COIMBRA E A ESTUDOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETO. ESTE VALOR PODE NÃO SER SUFICIENTE, DEVENDO CONTUDO FICAR ASSOCIADO A UMA ORIENTAÇÃO E ESTRATÉGIA DEFINIDA PELA TUTELA.

Capítulo 11 - Ativos financeiros

NADA A REFERIR

Capítulo 12 - Passivos financeiros

NADA A REFERIR

Capítulo 13 - Outras receitas de capital

NADA A REFERIR

Capítulo 14 - Recursos próprios comunitários

NADA A REFERIR

Capítulo 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos

NADA A REFERIR

Capítulo 16 - Saldo da gerência anterior

NADA A REFERIR

Capítulo 17 - Operações extraorçamentais

NADA A REFERIR

IV - Justificação da Proposta de Orçamento de Despesa

Agrupamento 01 - Despesas com o pessoal

A DESPESA COM PESSOAL É A QUE RESULTA DOS RECURSOS EXISTENTES NO ANO ANTERIOR, ADICIONADO DE UMA ESTIMATIVA AO NÍVEL DE REFORÇO DE 2 ELEMENTOS ADICIONAIS, A PARTIR DO 1º MÊS DE JANEIRO. ESTAS ADMISSÕES CARECEM DE APROVAÇÃO PRÉVIA DA TUTELA. OS CUSTOS COM PESSOAL INCLUEM AINDA UM PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL REMUNERADO COM SENHAS DE PRESENÇA (O ATUAL TEM PRÉSCINDIDO DESSA REMUNERAÇÃO) E INCLUI AINDA A SUBSTITUIÇÃO DE UM ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO POR FALECIMENTO E A SUBSTITUIÇÃO DIRETA DE UM RECURSO IMPRESCINDÍVEL NO DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO E FINANCEIRO POR APOSENTAÇÃO. ESTES DOIS ÚLTIMOS RECURSO CARECEM DE APROVAÇÃO DA TUTELA, TENDO JÁ SOLICITADO COM URGÊNCIA A APROVAÇÃO DO RECURSO QUE EM OUTUBRO FICARÁ APOSENTADO, SOB PENA DE O DAF ENTRAR EM COLAPSO NA PRESTAÇÃO DAS SUAS TAREFAS, ENTRE AS QUAIS AS DE REPORTING SISTEMÁTICO E PERMANENTE.

Agrupamento 02 - Aquisição de bens e serviços correntes

AS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA SÃO O RESULTADO DOS SERVIÇOS EM FUNCIONAMENTO (FSE'S). ESTÁ INCLUÍDO UM INCREMENTO DIRETAMENTE ASSOCIADO À ADMISSÃO DE 2 NOVOS RECURSOS DE REFORÇO DE EQUIPA E PORQUE SE ESPERA UM AUMENTO DE ATIVIDADE RESULTANTE DA REORIENTAÇÃO DO PROJETO PARA O METROBUS.

Agrupamento 03 - Juros e outros encargos

NADA A REFERIR

Agrupamento 04 - Transferências correntes

NADA A REFERIR

Agrupamento 05 - Subsídios

NADA A REFERIR

Agrupamento 06 - Outras despesas correntes

NADA A REFERIR

Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital

EM PRIMEIRA LINHA TEMOS AS DESPESAS DE CAPITAL DIRETAMENTE LIGADAS AOS SERVIÇOS ALTERNATIVOS, NOMEADAMENTE A MANUTENÇÃO BEM COMO A OPERAÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO ALTERNATIVO. ADICIONALMENTE TEMOS CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA BAIXA DE COIMBRA. POR FIM, EM FUNÇÃO DA CLARIFICAÇÃO DO PROJETO, ESTÃO PREVISTOS CUSTOS DE INVESTIMENTO PARA O ARRANQUE DO PROJETO (ESTUDOS E CONSULTADORIAS).

Agrupamento 08 - Transferências de capital

NADA A REFERIR

Agrupamento 09 - Ativos financeiros

NADA A REFERIR

Agrupamento 10 - Passivos financeiros

NADA A REFERIR

Agrupamento 11 - Outras despesas de capital

NADA A REFERIR

Agrupamento 12 - Operações extraorçamentais

NADA A REFERIR

V - Justificação do Saldo Global

Saldo Global

NADA A REFERIR

VI - Justificação de Indicadores

Indicadores

NADA A REFERIR

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2018
Lançamento: 000

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	0,00	2.556.542,43	0,00	0,00	0,00	2.556.542,43	0,00
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					19.451,34	19.451,34	
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	3.702,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3.702,83	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	176.825,49	0,00	0,00	0,00	0,00	176.825,49	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	181.597,91	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	2.131.597,91	0,00
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	181.597,91	4.506.542,43	0,00	0,00	0,00	4.688.140,34	0,00
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					1.231,20	1.231,20	

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2018
Lançamento: 000

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	465.721,27	0,00	0,00	0,00	465.721,27	0,00
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	370.292,28	0,00	0,00	0,00	370.292,28	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	17.690,75	0,00	0,00	0,00	17.690,75	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	77.738,24	0,00	0,00	0,00	77.738,24	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	100.969,97	0,00	0,00	0,00	100.969,97	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa de Capital							
D7	Investimento	0,00	732.486,28	0,00	0,00	0,00	732.486,28	0,00
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	0,00	1.299.177,52	0,00	0,00	0,00	1.299.177,52	
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	0,00	1.299.177,52	0,00	0,00	0,00	1.299.177,52	
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]					10.344,82	10.344,82	
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	181.597,91	3.207.364,91	0,00	0,00	0,00	3.388.962,82	0,00
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					10.337,72	10.337,72	
	Saldo global [2]-[5]	181.597,91	650.822,48	0,00	0,00	0,00	832.420,39	0,00
	Despesa primária	0,00	1.299.177,52	0,00	0,00	0,00	1.299.177,52	0,00
	Saldo corrente	180.528,32	-566.691,24	0,00	0,00	0,00	-386.162,92	0,00
	Saldo de capital	0,00	1.217.513,72	0,00	0,00	0,00	1.217.513,72	0,00
	Saldo primário	181.597,91	650.822,48	0,00	0,00	0,00	832.420,39	0,00
	Receita total [1]+[2]+[3]	181.597,91	4.506.542,43	0,00	0,00	0,00	4.688.140,34	0,00
	Despesa total [5]+[6]	0,00	1.299.177,52	0,00	0,00	0,00	1.299.177,52	0,00

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Abertura

Exercício: 2018

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Classificação					Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
1	319	000	014055		Funcionamento normal													
					Receitas de Capital													
1	319	000	014055	10	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	000	014055	1003	Administrações central	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	000	014055	16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	000	014055	1601	Saldo orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total das Receitas de Capital													
					Total Atividade 000													
					Total Fonte Fin. 319													
					Receitas Correntes													
1	513	000	014055	05	Rendimentos da propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	000	014055	0510	Rendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	000	014055	08	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	000	014055	0801	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total das Receitas Correntes													
					Receitas de Capital													
1	513	000	014055	15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	000	014055	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total das Receitas de Capital													
					Total Atividade 000													
					Total Fonte Fin. 513													
					Total Orgânica 1													
					Total Geral (Receitas Correntes)													
					Total Geral (Rec. de Capital)													
					Total Geral													

O Responsável

O Conselho de Administração

Em ____ de _____ de _____

Em ____ de _____ de _____

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Fim

Exercício: 2018
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Classificação					Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orc.	
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
					Despesas Correntes												
1	319	205	014055	01	Despesas com o pessoal	6.068,91	0,00	0,00	0,00	13.550,97	0,00	0,00	0,00	-13.550,97	13.550,97	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	8.248,37	0,00	0,00	0,00	-8.248,37	8.248,37	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	8.248,37	0,00	0,00	0,00	-8.248,37	8.248,37	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	0103	Segurança social	6.068,91	0,00	0,00	0,00	5.302,60	0,00	0,00	0,00	-5.302,60	5.302,60	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	010310	Outras despesas de segurança social	6.068,91	0,00	0,00	0,00	5.302,60	0,00	0,00	0,00	-5.302,60	5.302,60	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	0103100000	Outras despesas de segurança social	6.068,91	0,00	0,00	0,00	5.302,60	0,00	0,00	0,00	-5.302,60	5.302,60	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	02	Aquisição de bens e serviços	2.138,72	0,00	0,00	0,00	1.001,11	0,00	0,00	0,00	-1.001,11	1.001,11	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	0202	Aquisição de serviços	2.138,72	0,00	0,00	0,00	1.001,11	0,00	0,00	0,00	-1.001,11	1.001,11	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	020225	Outros serviços	2.138,72	0,00	0,00	0,00	1.001,11	0,00	0,00	0,00	-1.001,11	1.001,11	0,00%	0,00%
					Total dasDespesas Correntes	8.207,63	0,00	0,00	0,00	14.552,08	0,00	0,00	0,00	-14.552,08	14.552,08	0,00%	0,00%
					Despesas de Capital												
1	319	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	152,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	0701	Investimentos	152,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	319	205	014055	070115	Outros investimentos	152,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total dasDespesas de Capital	152,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total Atividade 205	8.360,28	0,00	0,00	0,00	14.552,08	0,00	0,00	0,00	-14.552,08	14.552,08	0,00%	0,00%
					Total Fonte Fin. 319	8.360,28	0,00	0,00	0,00	14.552,08	0,00	0,00	0,00	-14.552,08	14.552,08	0,00%	0,00%
					Despesas Correntes												
1	513	205	014055	02	Aquisição de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	205	014055	0202	Aquisição de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	205	014055	020225	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total dasDespesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Despesas de Capital												
1	513	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	205	014055	0701	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	205	014055	070115	Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total dasDespesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total Atividade 205	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Fim

Exercício: 2018
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Classificação					Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orc.	
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
					Total Fonte Fin. 513	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total Orgânica 1	8.360,28	0,00	0,00	0,00	14.552,08	0,00	0,00	0,00	-14.552,08	14.552,08	0,00%	0,00%
					Total Geral (Despesas Correntes)	8.207,63	0,00	0,00	0,00	14.552,08	0,00	0,00	0,00	-14.552,08	14.552,08	0,00%	0,00%
					Total Geral (Despesas Capital)	152,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
					Total Geral	8.360,28	0,00	0,00	0,00	14.552,08	0,00	0,00	0,00	-14.552,08	14.552,08	0,00%	0,00%

O Responsável

O Conselho de Administração

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Classificação					Descrição	Receita					Observações
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica		Previsões Iniciais	Alterações Orcamentais			Previsões Corrigidas	
							Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	319	000	014055		Funcionamento normal						
					Receitas de Capital						
1	319	000	014055	10	Transferências de capital	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
1	319	000	014055	1003	Administrações central	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
1	319	000	014055	100308	Serviços e Fundos Autónomos	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
1	319	000	014055	16	Saldo da gerência anterior	0,00	2.556.543,00	0,00	0,00	2.556.543,00	
1	319	000	014055	1601	Saldo orçamental	0,00	2.556.543,00	0,00	0,00	2.556.543,00	
1	319	000	014055	160101	Na posse do serviço	0,00	2.556.543,00	0,00	0,00	2.556.543,00	
					Total das Receitas de Capital	2.000.000,00	2.556.543,00	0,00	0,00	4.556.543,00	
					Total Atividade 000	6.000.000,00	2.556.543,00	0,00	0,00	4.556.543,00	
					Total Fonte Fin. 319	2.000.000,00	2.556.543,00	0,00	0,00	4.556.543,00	
					Receitas Correntes						
1	513	000	014055	05	Rendimentos da propriedade	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
1	513	000	014055	0510	Rendas	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
1	513	000	014055	051099	Outros	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
1	513	000	014055	08	Outras receitas correntes	325.515,00	0,00	2.050,00	0,00	323.465,00	
1	513	000	014055	0801	Outras receitas correntes	325.515,00	0,00	2.050,00	0,00	323.465,00	
1	513	000	014055	080199	Outras	325.515,00	0,00	2.050,00	0,00	323.465,00	
					Total das Receitas Correntes	330.440,00	0,00	2.050,00	0,00	328.390,00	
					Receitas de Capital						
1	513	000	014055	15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	2.050,00	0,00	0,00	2.050,00	
1	513	000	014055	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	2.050,00	0,00	0,00	2.050,00	
1	513	000	014055	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	2.050,00	0,00	0,00	2.050,00	
					Total das Receitas de Capital	0,00	2.050,00	0,00	0,00	2.050,00	
					Total Atividade 000	991.320,00	2.050,00	2.050,00	0,00	330.440,00	
					Total Fonte Fin. 513	330.440,00	2.050,00	2.050,00	0,00	330.440,00	
					Total Orgânica 1	2.330.440,00	2.558.593,00	2.050,00	0,00	4.886.983,00	

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Classificação					Descrição	Receita					Observações
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Econômica		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas	
							Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
					Total Geral (Receitas Correntes)	330.440,00	0,00	2.050,00	0,00	328.390,00	
					Total Geral (Receitas Capital)	2.000.000,00	2.558.593,00	0,00	0,00	4.558.593,00	
					Total Geral	2.330.440,00	2.558.593,00	2.050,00	0,00	4.886.983,00	

O Responsável

O Conselho de Administração

Em ____ de _____ de _____

Em ____ de _____ de _____

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018
Lançamento: <TODOS>

(Valores em €)

Classificação					Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica			Alterações Orçamentais				
							Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	319	205	014055		Funcionamento normal						
					Despesas Correntes						
1	319	205	014055	01	Despesas com o pessoal	589.645,00	0,00	0,00	0,00	589.645,00	
1	319	205	014055	0101	Remunerações certas e permanentes	459.983,00	0,00	0,00	0,00	459.983,00	
1	319	205	014055	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	408.319,00	0,00	0,00	0,00	408.319,00	
1	319	205	014055	010114	Subsídio de férias e de Natal	51.664,00	0,00	0,00	0,00	51.664,00	
1	319	205	014055	0102	Abonos variáveis ou eventuais	28.486,00	0,00	0,00	0,00	28.486,00	
1	319	205	014055	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	28.486,00	0,00	0,00	0,00	28.486,00	
1	319	205	014055	0103	Segurança social	101.176,00	0,00	0,00	0,00	101.176,00	
1	319	205	014055	010310	Outras despesas de segurança social	101.176,00	0,00	0,00	0,00	101.176,00	
1	319	205	014055	0103100000	Outras despesas de segurança social	101.176,00	0,00	0,00	0,00	101.176,00	
1	319	205	014055	02	Aquisição de bens e serviços	167.620,00	0,00	0,00	0,00	167.620,00	
1	319	205	014055	0202	Aquisição de serviços	167.620,00	0,00	0,00	0,00	167.620,00	
1	319	205	014055	020225	Outros serviços	167.620,00	0,00	0,00	0,00	167.620,00	
					Total das Despesas Correntes	757.265,00	0,00	0,00	0,00	757.265,00	
					Despesas de Capital						
1	319	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	1.242.735,00	0,00	0,00	0,00	1.242.735,00	
1	319	205	014055	0701	Investimentos	1.242.735,00	0,00	0,00	0,00	1.242.735,00	
1	319	205	014055	070115	Outros investimentos	1.242.735,00	0,00	0,00	0,00	1.242.735,00	
					Total das Despesas de Capital	1.242.735,00	0,00	0,00	0,00	1.242.735,00	
					Total Atividade 205	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
					Total Fonte Fin. 319	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	
					Despesas Correntes						
1	513	205	014055	02	Aquisição de bens e serviços	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
1	513	205	014055	0202	Aquisição de serviços	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
1	513	205	014055	020225	Outros serviços	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
					Total das Despesas Correntes	4.925,00	0,00	0,00	0,00	4.925,00	
					Despesas de Capital						
1	513	205	014055	07	Aquisição de bens de capital	325.515,00	0,00	0,00	0,00	325.515,00	
1	513	205	014055	0701	Investimentos	325.515,00	0,00	0,00	0,00	325.515,00	
1	513	205	014055	070115	Outros investimentos	325.515,00	0,00	0,00	0,00	325.515,00	
					Total das Despesas de Capital	325.515,00	0,00	0,00	0,00	325.515,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2018
Lançamento: <TODOS>

(Valores em €)

Classificação					Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Observações	
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica			Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas
							Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
					Total Atividade 205	330.440,00	0,00	0,00	0,00	330.440,00	
					Total Fonte Fin. 513	330.440,00	0,00	0,00	0,00	330.440,00	
					Total Orgânica 1	2.330.440,00	0,00	0,00	0,00	2.330.440,00	
					Total Geral (Despesas Correntes)	762.190,00	0,00	0,00	0,00	762.190,00	
					Total Geral (Despesas Capital)	1.568.250,00	0,00	0,00	0,00	1.568.250,00	
					Total Geral	2.330.440,00	0,00	0,00	0,00	2.330.440,00	

O Responsável

O Conselho de Administração

Em ____ de _____ de _____

Em ____ de _____ de _____

Coimbra, 26 de março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **METRO MONDEGO, S.A.** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 45 882 489,91 euros e um total de fundos próprios de 35 558 141,74 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23 101,30 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 3 389 913,91 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1 299 177,52 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto à elaboração e controlo da execução do Plano Plurianual de Investimentos, por indefinição do projeto para a empresa.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 26 de março de 2019

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J. Mendes', with 'ROC 833' written next to it.

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

10. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**Senhores Acionistas:**

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2018, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), os membros não executivos do órgão de administração, expressaram uma opinião positiva, sobre o desempenho individual do gestor executivo, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.

10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2018, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

11. Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

12. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 26 de março de 2019

O FISCAL ÚNICO

José de Jesus Gonçalves Mendes



Metro-Mondego, S.A.
Rua Rodrigues Gusmão, nº21
3000-345 Coimbra
Telefone: 239 488 100
www.metromondego.pt
metro@metromondego.pt